

UASG: 925124

PREÂMBULO PARTE A

LICITAÇÃO N.º 036/CPL/25 (90.036/2025 - PNCP)  
PROCESSO N.º 2025/048.544  
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO  
MODO DE DISPUTA: ABERTO  
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL  
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 117.600,00  
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.17  
PROGRAMA DE TRABALHO: 11.11.01.04.122.5001.2004  
FONTE DE RECURSOS: RECURSOS FPGMNI

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ O DIA 29 DE ABRIL DE 2026, ÀS 11:00 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 29 DE ABRIL DE 2026, ÀS 11:00 HORAS

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – PGM/NI, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO/REPOSIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU SIMILARES NOVOS, COM ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC.**

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e no Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, além de estar à disposição dos interessados à Rua Dr. Athaide Pimenta de Moraes, 528, Paço Municipal, na sala da CPL, no horário de 09:00 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 1 (uma) resma de papel A4 e identificação do interessado. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico: <https://pmnovaiguacu.geosiap.net.br/portal-transparencia/licitacoes/licitacoes>. Informações referente ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2666-4924 ou email: [cplnovaiguacu@gmail.com](mailto:cplnovaiguacu@gmail.com).

**SECRETARIA REQUISITANTE:** PGM – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU - RJ, situada a Rua Dr. Athaide Pimenta de Moraes, nº 335, Centro – Nova Iguaçu/RJ, Cep.: 26.210-190, Tel.: (21) 3779-1128.

**PRAZO PARA EXECUÇÃO:** O INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SE DARÁ NO PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DA ORDEM DE INÍCIO.

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

|            |   |  |
|------------|---|--|
| Parte A    | - | Informações específicas sobre o Edital;                            |
| Parte B    | - | Procedimentos da licitação;  |
| Anexo I    | - | Formulário Oficial de Proposta;                                    |
| Anexo II   | - | Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação; |
| Anexo III  | - | Modelo de Declaração;  |
| Anexo IV   | - | Declaração de beneficiária da Lei Complementar 123/2006;           |
| Anexo IV-1 | - | Declaração de beneficiária da Lei Complementar 123/2006;           |
| Anexo IV-2 | - | Declaração de beneficiária da Lei Complementar 123/2006;           |
| Anexo V    | - | Declaração que não emprega menor;                                  |
| Anexo VI   | - | Minuta do Contrato;  |
| Anexo VII  | - | Estudo Técnico Preliminar  |
| Anexo VIII | - | Termo de Referência.   |

Márcia Braga Moreira  
Agente de Contratação – CPLMOS/SEMUG  
Secretaria Municipal de Governo – SEMUG

**PARTE B**

**PREÂMBULO**

O **MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**, mediante a Agente de Contratação **MÁRCIA BRAGA MOREIRA** e Equipe de Apoio **PATRÍCIA MOREIRA DE AMORIM** e **TEODOLO TERTULIANO DA SILVA NETO**, designados pela Portaria nº 136 de 31 de Março de 2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **036/CPL/25 (90.036/2025 - PNCP)** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de Julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 assim como do Decreto Municipal nº 12.997 de 21 de Setembro de 2022, bem como das condições a seguir estabelecidas:

**1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

1.1 - A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, no âmbito do Sistema de Compras do Governo Federal, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mantido pela Administração Federal, e regulamentado pela Instrução Normativa nº 73 de 30 de setembro de 2022, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.2 - A sessão do presente Pregão Eletrônico será iniciada no dia **29 de Abril de 2026, às 11:00 horas**, horário de Brasília, no endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras/pt-br>, observando-se o modo de disputa **aberto**.

1.3 - No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pela Agente de Contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.4 - Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.5 - A desconexão da Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando a Agente de Contratação, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

1.6 - Quando a desconexão da Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, sendo reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após comunicação aos participantes no próprio endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras/pt-br>.

**2 - OBJETO**

2.1. A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – PGM/NI, COM FORNECIMENTO E**

***SUBSTITUIÇÃO/REPOSIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU SIMILARES NOVOS, COM ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC***, descritos e especificados no Termo de Referência.

2.2 - A execução do objeto observará o regime de execução **empreitada por preço unitário**.

### **3 - DA ESTIMATIVA DE PREÇO**

3.1 - O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em **R\$ 117.600,00 (cento e dezessete mil e seiscentos reais)**, conforme Anexo I deste Edital.

### **4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO**

4.1. Os questionamentos e impugnações de quaisquer interessados, inclusive licitantes, ao ato convocatório serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data agendada para abertura da sessão de julgamento, devendo ser protocolados no sistema eletrônico de compras ou encaminhados ao seguinte correio eletrônico [cplnovaiguacu@gmail.com](mailto:cplnovaiguacu@gmail.com).

4.1.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

4.2. Os questionamentos e impugnações serão respondidos pela Agente de Contratação no sistema eletrônico de compras, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data de recebimento, observada como data limite o último dia útil anterior à data agendada para abertura da sessão de julgamento.

4.2.1. As respostas aos questionamentos e impugnações também deverão ser disponibilizadas no Sítio Eletrônico do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

4.3. A retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações ou questionamentos, obrigarão a todos os licitantes, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.3.1. A reabertura do prazo importará na necessidade de publicação de novo aviso do Edital no DOE-NI.

4.4 - Os licitantes que desejarem realizar vistoria prévia nos locais de execução para atendimento do disposto na alínea c do inciso IV do item 11.8 deste Edital deverão, observado o prazo de antecipação de 03 dias, data marcada para sessão de julgamento, remeter email para [adm.pgm@novaiguacu.rj.gov.br](mailto:adm.pgm@novaiguacu.rj.gov.br) solicitando o agendamento da vistoria.

4.4.1. A vistoria será necessariamente realizada em dias e horários diferentes para cada um dos licitantes, considerando a impossibilidade de comunicação entre os licitantes interessados no certame.

### **5 - DA PARTICIPAÇÃO**

5.1. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja previamente credenciado junto ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), observado o manual técnico operacional do sistema eletrônico de compras.

5.2. Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.2.1. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos itens que cotar.

5.2.2. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

5.3. Poderão participar do presente Pregão Eletrônico, as pessoas físicas ou jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.4. É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

5.5. É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6. Não será permitida a participação em consórcio, diante da justificativa exarada no processo administrativo nº 2025/048.544.

5.7. Será admitida a participação de licitante sob a forma de cooperativa, desde que:

5.7.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

5.7.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

5.7.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.

5.8. Não será permitida a participação de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas cujos quadros sejam integrados por pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.9. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5.10. Não poderão participar da presente licitação as pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **6 - CREDENCIAMENTO**

6.1. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do manual técnico operacional disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

6.3. O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

6.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou ao Município de Nova Iguaçu, promotora da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

6.7. A licitante que se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal nº 123/06, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu artigo 3º, sob as penas da lei, em especial do artigo 299, do Código Penal.

6.8. A falta da declaração de enquadramento da licitante nos termos do item 6.7 não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06.

6.9. A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa, implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.11. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.12. Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **7 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

7.1. As propostas de preço deverão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, por intermédio do endereço <http://www.gov.br/compras> até a abertura da sessão pública da presente licitação, devendo as licitantes, para formulá-las, manifestarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que as respectivas propostas são adequadas ao previsto no Edital.

7.2. O envio dos arquivos digitalizados compactados das propostas de preços e dos documentos de habilitação dar-se-á por meio de chave de acesso e senha.

7.3. As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas até a abertura da sessão pública da presente licitação, quando couber.

## **8 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

8.1. A efetiva participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da apresentação da documentação de habilitação e proposta de preços, por meio eletrônico mediante chave de acesso e senha, até o dia e o horário previsto no item 1.2.

8.2. A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço por item e total ofertado ou do percentual de desconto ofertado no caso de critério de julgamento de maior desconto;
- b) conter preço final do objeto para cada item e o preço total ofertado, inclusive nos casos de critério de julgamento de maior desconto;
- c) estar digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;
- d) prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega das propostas;
- e) conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.

8.3. A Proposta de Preços poderá ser apresentada em arquivo eletrônico digitalizado do papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta.

8.4. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no termo de referência serão desconsiderados.

8.5. Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- d) prazo de início da execução do serviço será de até 02 (dois) dias, a contar da emissão/recebimento da ordem de início.

8.5.1. Caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.

8.6. As propostas de preço serão conferidas pela Agente de Contratação, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

- I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;
- II – onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;
- III – onde houver discrepância entre o preço unitário e o preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o primeiro;
- IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;
- V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

8.6.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

8.7. Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- I – não estejam devidamente assinadas;
- II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;
- III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- IV – apresente preço manifestamente inexequível;
- V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- VI – que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos;
- VI – que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- VII – não observem o disposto nos itens 7.1, 8.2 e 8.3 deste Edital;
- VIII – Não contenham declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.

8.7.1. No caso de a Agente de Contratação considerar o preço de algum item ou do objeto inexequível, concederá ao respectivo licitante o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos internos de operação e produção necessários à execução do serviço são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a prestação do serviço contratado.

8.8. Não sendo assinado o Contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

## 9 - ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO

9.1. No dia e horário previstos, a Agente de Contratação dará início à sessão pública do Pregão Eletrônico com a abertura automática das propostas e sua divulgação pelo sistema.

9.1.1. Em caso de empate, será observado, em primeiro lugar, o disposto no art. 44, da Lei Complementar nº 123/06 e, em segundo lugar, o disposto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021 e inexistindo, no mínimo, 3 (três) propostas que atendam as condições previstas no subitem anterior, os três licitantes melhor classificados, inclusive os empatados, poderão participar da etapa aberta competitiva.

9.2. A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando-se o modo de disputa **aberto**.

9.3. Aberta a etapa de lances, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

9.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado, as regras de aceitação dos mesmos e o intervalo mínimo fixado neste Edital.

9.5. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pela licitante e registrado no sistema, podendo o licitante exercer apenas uma única vez, observado o prazo de 15 segundos do registro, a exclusão de lance inconsistente ou inexequível.

9.6. Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor global do objeto ou do item, obedecido o critério de aceitabilidade de preço previsto neste edital.

9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.8. O intervalo mínimo entre os lances ofertados, inclusive os intermediários, deverá ser de **R\$ 0,01 (Um centavo)**.

9.9. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.



9.10. A agente de contratação, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

9.11. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o subitem 9.10, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

9.12. No modo de disputa aberto a etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sujeito a prorrogação automática sucessiva de 2 (dois) minutos caso existentes lances ofertados no período de 2 (dois) minutos anteriores ao encerramento da etapa.

9.13. A etapa de lances será encerrada automaticamente pelo sistema após período de prorrogação automática.

9.14. Encerrada a sessão pública, caso a diferença percentual entre duas propostas melhor cotadas seja igual ou inferior a 5%, a Agente de contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa competitiva para oferta exclusiva de lances intermediários de modo a definir as demais colocações.

9.15. Encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará os lances em ordem crescente, caso observado o critério de julgamento de menor preço e em ordem decrescente no caso de critério de julgamento de maior desconto.

## 10 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Para julgamento do presente Pregão será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, adotando-se como critério de aceitabilidade das propostas o valor unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

10.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas após o encerramento da etapa de lances, ou caso inexistam lances, como critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência prevista no art. 44, da Lei Complementar nº 123/06 e, em segundo lugar, deve ser observado o disposto no art. 60, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. Para os fins da Lei Complementar nº 123/06, considera-se empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/06 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

10.4. Ocorrendo o empate nos termos do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

10.4.1. O licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06 melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

10.4.2. Não ocorrendo a contratação de licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06 que se

apresente na situação descrita no subitem 10.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/06 que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3 deste edital, será convocada para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

10.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.6. A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06.

10.7. Observado o procedimento anterior ou caso inexistentes licitantes enquadrados no regime da Lei Complementar nº 123/06, havendo empate entre duas ou mais propostas, a Agente de Contratação anunciará, mediante mensagem eletrônica no sistema, o início da etapa de disputa final entre os licitantes empatados, devendo ser observados os demais critérios previstos no art. 60, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso persista o empate inicial após ultimada a referida etapa.

10.8. Encerrada a fase competitiva e adotados os critérios de resolução de eventual empate, a Agente de Contratação, auxiliada pela equipe de apoio, deverá negociar diretamente com o licitante classificado em primeiro lugar mediante comunicado no sistema eletrônico, devendo fixar prazo máximo de 10 (dez) minutos para oferta de proposta mais vantajosa à Administração, inclusive, quanto a condições de execução do objeto e prazos de entrega.

10.9. Frustrada a negociação, caso a melhor proposta não observe a estimativa de valor elaborada, a Agente de Contratação poderá negociar diretamente com os demais licitantes, observada a ordem de classificação da etapa competitiva e o prazo disposto no item anterior.

10.10. Concluída a negociação e analisada a conformidade da proposta melhor classificada com a estimativa elaborada pela Administração e as demais diretrizes fixadas no edital e anexos, o resultado provisório será proclamado pela Agente de Contratação e divulgado no sistema eletrônico.

10.11. A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva, assim como eventual documentação complementar, em arquivo único compactado, dentro do prazo de 2 (duas horas), prorrogável por igual período, a contar da solicitação da Agente de Contratação.

10.12. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## **11 - HABILITAÇÃO**

11.1. Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará a Agente de Contratação ao

julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

a) A Agente de Contratação deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada impedida de contratar com a Administração Municipal ou declarada inidônea.

b) A Agente de Contratação verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor por meio da análise dos documentos enviados em formato digital por meio do Sistema Eletrônico ou através de consulta online ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar pontualmente exigida.

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos neste edital, a Agente de Contratação verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pela Agente de Contratação na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências para confirmar a regularidade da licitante quanto às condições de habilitação, indicando desde logo a data e hora em que a sessão será reaberta.

e) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

f) Os documentos necessários à habilitação, o certificado de registro cadastral e a certidão de pré-qualificação deverão ser remetidos em formato digital via sistema eletrônico observado o prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação emitida em comunicado pela Agente de Contratação.

11.2. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato / retirar a Nota de Empenho.

11.3. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.4. Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.5. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.6. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

**I - Habilitação Jurídica:**

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedade empresária, onde a empresa deverá comprovar que possui objeto social compatível com o licitado;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, deverão ser acompanhados de prova da diretoria em exercício e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;
- c) Documentos, devidamente registrados no Registro Público das Empresas Mercantis, que indiquem os atuais administradores e/ou diretores das sociedades empresárias;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- e) Atos constitutivos devidamente registrados no cartório competente, em se tratando de Sociedade Limitada Unipessoal – SLU;
- f) Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual.
- g) No caso de sociedade cooperativa exigir-se-á a apresentação de documentos que demonstrem o cumprimento das condicionantes previstas nos subitens do item 5.7.

**II – Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Previdência Social (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, que consistirá em certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, observadas as seguintes hipóteses e condições:

**I - Para todos os licitantes sediados no Município de Nova Iguaçu:**

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais; ou
- ii) Certidão Positiva com efeito de Negativa.

**II - Para os licitantes que não possuem qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município:**

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com efeito de Negativa expedida pelo Município de sua sede.

**III – Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Nova Iguaçu:**

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa do Município de Nova Iguaçu (antiga Certidão de Regularidade Fiscal); e conjuntamente;
- ii) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pelo Município de sua sede.
- f) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Prova de regularidade Trabalhista através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva (com efeito de negativa) de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- h) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência a Lei nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto a Delegacia Regional do Trabalho no Estado onde as licitantes tenham sede, ou declaração que não emprega menor, conforme abaixo:
  - Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal no sentido de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

**III – Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidão expedida pelo 2º ofício do Registro de Distribuição e Certidão da Corregedoria Geral da Justiça/RJ. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições;

a.1) Não será causa de inabilitação da licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente;

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminados, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, discriminando ainda os índices, conforme abaixo:

- **Índice de Liquidez Geral (ILG)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

- **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = AC / PC$$

Onde: **AC** é o ativo circulante; **PC** é o passivo circulante; **RLP** é o realizável a longo prazo; **ELP** é o exigível a longo prazo e **AT** é o ativo total.

b.1) Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída a menos de 02 (dois) exercícios, os documentos contábeis exigidos na alínea “b” serão limitados ao último exercício financeiro, autorizada para as pessoas jurídicas instituídas no exercício de publicação deste edital a substituição dos documentos contábeis pelo balanço de abertura assinado por contabilista habilitado e pelo representante da pessoa jurídica.

b.2) Na hipótese de a licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constantes da alínea “b”, a boa situação financeira poderá ser comprovada mediante prova de possuir patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.3) Entenda-se por “apresentado na forma da Lei”.

- As demonstrações Contábeis devem estar com o **termo de abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do estado, ou Cartório pertinente**, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;

- As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o Lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- As Demonstrações Contábeis devem ser referentes aos dois últimos exercícios completos, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por Empresa constituída no exercício em curso;
- Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para análise econômico-financeira de todas as pessoas jurídicas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

b.4) Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital.

#### **IV – Da Qualificação Técnica:**

a) Comprovante de inscrição nos órgãos de classe competentes (CRT – Conselho Regional de Técnicos Industriais ou CREA – Conselho de Engenharia e Arquitetura).

b) Comprovação de aptidão para execução de objeto de características equivalentes ou superiores ao objeto da licitação, observado o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total estimado e o prazo mínimo de 02 (dois) anos consecutivos ou intercalados de execução, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) física e/ou jurídica (s) de direito público ou privado que certifique o bom desempenho na execução do objeto contratado e a inexistência de penalidades aplicadas.

b.1) Admitir-se-á o somatório de atestados para atendimento do quantitativo mínimo fixado na alínea b, desde que demonstrada a concomitância na prestação dos serviços.

c) A apresentação de atestado de conhecimento das condições existentes no local (locais) de execução, observado o modelo anexo ao presente Edital ou apresentação de atestado de realização de vistoria prévia emitido na forma abaixo:

c.1) Devido à complexidade para execução do objeto desta licitação e pela especial atenção que deve ser dada ao local para execução, conforme consta nos documentos que embasam o certame, deverá a empresa licitante, promover a visita técnica ao respectivo local, sendo-lhe fornecido o respectivo atestado de visita, que deverá ser anexado aos seus documentos de habilitação, sob pena de inabilitação.

c.1.1) A visita técnica poderá ser substituída por declaração do licitante de que tem conhecimento pleno do objeto, com expressa ciência de que não poderá alegar desconhecimento de circunstâncias que influenciem na execução do contrato, com reflexo nos respectivos custos e preços.

c.1.2) Para a visita técnica a licitante deverá designar um representante responsável.

c.1.3) A empresa licitante deverá solicitar o agendamento da sua visita técnica, por escrito, protocolando requerimento através do email [adm.pgm@novaiguacu.rj.gov.br](mailto:adm.pgm@novaiguacu.rj.gov.br).

C1.4) A visita técnica aos locais será feita em veículo do MUNICÍPIO. Todos os locais a serem contemplados com os serviços deverão ser inspecionados até 03 (três) dias úteis antes da data programada para entrega das propostas.

c.1.5) As visitas técnicas serão realizadas individualmente, de modo a evitar a comunicação prévia entre os licitantes.

**V – Das Declarações:**

**V.1 – Declaração, conforme modelo em anexo, que:**

- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas ligadas a integrantes do Poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 119 da Lei Orgânica Municipal;
- Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Não se encontra cumprindo nenhuma das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei nº 12.846/13;
- Comprometemo-nos a não contratar, para execução direta ou indireta dos serviços, objeto do presente edital, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

**V.2 – Declaração conforme modelo anexo, em que o licitante que tenha assinalado em campo próprio do sistema eletrônico que se enquadra no regime da Lei Complementar nº 123/06 assegure que:**

- Os valores dos contratos vigentes eventualmente firmados com a Administração Municipal não superam a receita bruta máxima admitida para enquadramento na Lei Complementar nº 123/06.

11.9. Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.



11.10. Na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho.

11.10.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município de Nova Iguaçu, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

11.10.2. Caso não demonstrada a regularidade fiscal, social e trabalhista na forma do subitem anterior, a licitante será inhabilitada, devendo a Agente de Contratação analisar a documentação apresentada pelos demais interessados classificados, observada a ordem cronológica de classificação.

## **12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1. O cabimento de recurso em face da inabilitação ou da desclassificação do licitante está condicionado à imediata manifestação da intenção de recorrer pela parte interessada que deve ser feita em campo próprio do sistema, observado o prazo de 10 minutos a partir do comunicado remetido pela Agente de Contratação.

12.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela Agente de Contratação e sua falta importará na preclusão do direito.

12.2. As razões de recurso deverão ser apresentadas, em momento único, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da divulgação da ata de habilitação ou da ata de julgamento das propostas, caso adotada a inversão de fases.

12.3. As contrarrazões deverão ser apresentadas no mesmo prazo do subitem anterior contado a partir da divulgação da interposição do recurso no sistema eletrônico.

12.4. A Agente de Contratação poderá exercer juízo de reconsideração no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento do recurso no sistema eletrônico. Caso não seja reconsiderada a decisão recorrida, o recurso deverá ser remetido à autoridade superior para a devida apreciação, observado o prazo de 10 (dez) dias úteis da remessa.

12.5. O recurso contra decisão da Agente de Contratação terá efeito suspensivo, de acordo com art. 168, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, devendo ser assegurado aos licitantes acessos a todos os documentos necessários à defesa de seus direitos.

## **13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Encerrada a sessão de julgamento, os autos serão remetidos à autoridade superior para adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor pela Agente de Contratação e homologação do procedimento, observados os termos do art. 35, do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

#### **14 - DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez por igual período, assinar o contrato.

14.1.1. A prorrogação do prazo deve ser expressa e fundamentadamente requerida pelo adjudicatário, cabendo à Administração analisar o pedido formulado.

14.2. No ato de assinatura do contrato, será exigida prova da manutenção das condições de habilitação demonstradas na fase de julgamento, devendo ser reapresentadas certidões ou documentos cuja validade tenha expirado no período transcorrido.

14.3. O não comparecimento no prazo no item 14.1 ou a não comprovação das condições de habilitação acarretarão a perda do direito de contratar, sem prejuízo da imputação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e da perda da garantia de proposta ofertada.

14.4. Na hipótese de não apresentação no prazo fixado no item 14.1 ou de não comprovação da manutenção das condições de habilitação, a Agente de Contratação convocará os demais licitantes, observada a ordem de classificação, para encampar a contratação nos moldes da proposta do licitante vencedor.

14.5. Caso nenhum dos licitantes classificados aceite formalizar o contrato nas condições do subitem anterior, a Agente de Contratação, deverá iniciar negociação direta, observada a ordem de classificação, para, em primeiro lugar, celebrar o contrato com preços melhores ainda que acima daquele apresentado pelo adjudicatário, ou, caso frustrada a negociação, convocar os licitantes remanescentes para assinar o contrato nos moldes das respectivas propostas de preços desde que observada a estimativa de valor elaborada pela Administração.

14.6. Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

#### **15 - DO RECEBIMENTO**

15.1. O objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega do objeto contratual, observada a seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo fiscal do contrato/ou comissão do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias após cada intervenção, mediante assinatura de termo detalhado de atendimento das exigências de caráter técnico.

b) definitivamente, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento provisório, pelo fiscal do contrato/ou pela comissão do contrato, mediante termo detalhado de atendimento dos requisitos e diretrizes fixadas no termo de referência e no edital.

15.2. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o recebimento definitivo será sobrestado até que os reparos ou substituições sejam realizados.

15.3. A ultrapassagem do prazo fixado na alínea “b” sem manifestação do fiscal do contrato não importa na presunção de recebimento definitivo, cabendo ao contratado o direito de apresentar requerimento expresso perante o órgão ou entidade responsável pela contratação.

15.4. O termo mencionado na alínea “a” deve indicar expressamente sua vinculação ao recebimento provisório, resguardando o direito da Administração de rejeitar o serviço não emitindo o recebimento definitivo.

15.5. Inobservadas as condições contratadas, o fiscal do contrato deverá rejeitar o serviço quando do advento do prazo final para execução ou após as devidas análises e verificações não assinando o termo de recebimento definitivo e fixando prazo para a reparação pelo contratado.

#### **16 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

16.1. A prestação do serviço deverá ser iniciada no prazo de 02 (dois) dias a contar da emissão da ordem de início, podendo ser prorrogado a critério da Administração, mediante requerimento fundamentado do contratado.

16.2. O serviço deverá ser prestado ao longo de 12 (doze) meses, observando o regramento fixado no Termo de Referência quanto ao prazo para atendimento dos chamados, podendo ser prorrogado a critério da Administração, mediante requerimento fundamentado do contratado.

#### **17 - DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação será realizada por servidor efetivo designado em ato da autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, atendidas as diretrizes e condicionantes previstas nos artigos 10 e 11, do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

17.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os artigos 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

18.1. A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração nos termos do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) advertência pela inexecução parcial do contrato;

b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso que será convertida em compensatória nos casos de rescisão por culpa do contratado;

c) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, exceto

nos casos de rescisão por culpa do contratado. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 30% (trinta por cento);

d) multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão por culpa do contratado;

e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

18.1.1. A imposição de multa igual ou inferior a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e a aplicação da sanção de advertência pode ser levada a efeito pelo fiscal do contrato que deverá providenciar a notificação do contratado observado o prazo de defesa de 15 (quinze) dias úteis.

18.1.2. Nos demais casos, a sanção deve ser imposta pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, devendo ser instituída comissão para apuração nos casos de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, observado o procedimento descrito no Decreto Municipal nº 12.997/2022.

18.1.3. As sanções previstas nas alíneas a, e e f podem ser cumulativamente aplicadas com as sanções pecuniárias.

18.2. Os valores das multas serão deduzidos dos eventuais créditos contratuais do contratado, devendo em caso de saldo ser retida a garantia de execução contratual ofertada, ensejando ainda a inscrição em dívida ativa para cobrança judicial em caso de insuficiência das referidas quantias.

18.3. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato nem tampouco afasta o dever do contratado de reparação integral dos danos causados à Administração.

18.4. A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.997/2022.

18.5. Os prazos das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, assim como a delimitação do *quantum* das sanções pecuniárias observarão as diretrizes fixadas no art. 156, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6. A notificação do contratado dar-se-á por qualquer meio que assegure a certeza de ciência, admitindo-se publicação em edital em caso de retorno negativo de aviso de recebimento ou de comunicação eletrônica.

18.7. A prática de ato tipificado na Lei nº 12.846/13 será apurada em autos próprios, observado o procedimento do referido diploma legal, inclusive, nos casos em que os referidos atos também se enquadrarem nas infrações descritas na Lei Federal nº 14.133/2021.

## 19 - DA VIGÊNCIA E EXTINÇÃO DO CONTRATO

19.1. O contrato firmado pelas partes terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, admitindo-se prorrogações sucessivas observado o prazo máximo de 10 (dez) anos, mediante expressa e adequada justificativa que ateste o cumprimento das obrigações pactuadas, o adequado atendimento da necessidade administrativa no período transcorrido e a manutenção da vantajosidade dos preços contratados.

## 20 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. O **MUNICÍPIO** fará o pagamento, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela CONTRATADA e aceita pelo Município.

20.2. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

20.3. Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

20.4. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 12.997/2022.

20.5. O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias contado da data de apresentação do pedido.

20.6. Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura ou complementação de documentação pela contratada, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, voltando a transcorrer a partir da data do cumprimento da exigência.

20.7. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA** e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

20.8. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

20.9. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido no item 20.5 serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

## 21 - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONTRATAÇÃO

21.1. Os preços contratados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento estimado. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresso e fundamentado requerimento da contratada, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice **IPCA**.

21.1.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinados(s) pela legislação então em vigor.

21.1.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.3. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual e/ou de eventual alteração contratual, sob pena de preclusão.

21.3.1. Caso, na data de eventual prorrogação e/ou alteração contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação e/ou alteração para resguardar o direito futuro do contratado, a ser exercido tão logo se disponha do índice necessário, sob pena de preclusão.

21.3.2. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

21.4. O contratado deverá apresentar seu pleito de reajuste devidamente instruído, dentro de 60 (sessenta) dias a contar da divulgação do índice correspondente ao mês do reajuste, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211 do Código Civil.

21.4.1. A apresentação do pedido dentro do prazo previsto no subitem acima ensejará a produção de efeitos financeiros a contar da data-base prevista no contrato.

21.5. Em caso de ocorrência de fatos imprevisíveis, mas de consequências incalculáveis, que obstem o prosseguimento da execução contratual nos termos em que pactuados, caberá ao interessado notificar formalmente a parte contrária acerca da intenção de pleitear a revisão contratual oportunamente, em até 60 (sessenta) dias a contar da constatação da ocorrência da onerosidade excessiva, dentro da vigência contratual ou, em caso de prorrogação ou alteração contratual, antes da assinatura do termo aditivo, sob pena de decair do direito.

21.5.1. Uma vez tendo sido efetuada a notificação na forma do subitem anterior, o requerimento de revisão devidamente instruído poderá ser apresentado posteriormente, desde que dentro da vigência contratual e observado o prazo prescricional de 05 (cinco) anos em relação às medições envolvidas nos cálculos.

21.5.2. O requerimento de revisão deverá ser instruído com: a indicação do momento a partir do qual restou configurada a onerosidade excessiva; a demonstração de que os preços contratuais sofreram impacto excepcional; a demonstração de que os reajustes não se prestam a adequar os preços descaracterizando a onerosidade excessiva; a comprovação dos custos efetivamente suportados durante a execução contratual; a demonstração de que a alegação de onerosidade excessiva considerou a avaliação do contrato como um todo; e a indicação da data de corte do pedido de revisão, que poderá ser o fim da onerosidade excessiva ou a última medição abarcada no requerimento.

21.6. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito e revisão deverão observar as diretrizes fixadas no Decreto Municipal nº 12.997/22.

## 22 - DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. O preço global para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 117.600,00 (cento e dezessete mil e seiscentos reais)** para o período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência.

22.2. As despesas com a execução do objeto da presente licitação, durante o exercício de 2026, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas.

**ORIGEM DOS RECURSOS: FPGM**

**PROGRAMA DE TRABALHO:**

**ELEMENTO DE DESPESA:**

22.3. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

## 23 - DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

.

## 24 - DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. No julgamento das propostas e da habilitação, a Agente de Contratação poderá sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas ou da habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

24.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se a licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.997/2022.

24.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pela Agente de Contratação e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPLMOS, situada na Rua Dr. Athaíde Pimenta de Moraes, 528, Centro, Nova Iguaçu/RJ, tel.: (21) 2666-4924, no horário de 09:00 às 17:00 horas ou através do email: [cplnovaiguacu@gmail.com](mailto:cplnovaiguacu@gmail.com).

24.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Agente de Contratação, que decidirá com base na legislação em vigor.

24.5. O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observadas as diretrizes fixadas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.7. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

24.8. Integram este Edital os seguintes Documentos:

|       |      |   |  |
|-------|------|---|--|
| Anexo | I    | - | Formulário Oficial de Proposta;                                    |
| Anexo | II   | - | Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação; |
| Anexo | III  | - | Modelo de Declaração;  |
| Anexo | IV   | - | Declaração de beneficiária da Lei Complementar 123/2006;           |
| Anexo | IV-1 | - | Declaração de beneficiária da Lei Complementar 123/2006;           |
| Anexo | IV-2 | - | Declaração de beneficiária da Lei Complementar 123/2006;           |
| Anexo | V    | - | Declaração que não emprega menor;                                  |
| Anexo | VI   | - | Declaração de Visita Técnica;                                      |
| Anexo | VI-1 | - | Declaração de Renúncia à Visita Técnica;                           |
| Anexo | VII  | - | Minuta do Contrato;  |
| Anexo | VIII | - | Estudo Técnico Preliminar  |
| Anexo | IX   | - | Termo de Referência.   |

Nova Iguaçu, 01 de Abril de 2026.

Márcia Braga Moreira  
Agente de Contratação – CPLMOS/SEMUG  
Secretaria Municipal de Governo – SEMUG



ANEXO I - FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

Processo nº: 2025/048.544  
Licitação nº: 036/CPL/25 (90.036/2025 - PNCP)  
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
Tipo: Menor Preço Global

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – PGM/NI, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO/REPOSIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU SIMILARES NOVOS, COM ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC.

**EMPRESA:**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**INSCRIÇÃO NO CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE:**

**SITE/EMAIL:**

**Nº CONTA BANCÁRIA:**

**BANCO/AGÊNCIA:**

| ITEM                             | DESCRIÇÃO   | UNID.  | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR MENSAL | VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES |
|----------------------------------|---|--------|--------|----------------|--------------|----------------------------------|
| 01                               | Manutenção preventiva e corretiva, aparelho de ar condicionado, modelo: Split Hi-wall, capacidade: (12.000 btus), marca: Komeco e Springer Carrier. | MENSAL | 10     | R\$            | R\$          | R\$                              |
| 02                               | Manutenção preventiva e corretiva, aparelho de ar condicionado, modelo: Split Hi-wall, capacidade: (18.000 btus), marca: Komeco.                    | MENSAL | 02     | R\$            | R\$          | R\$                              |
| 03                               | Manutenção preventiva e corretiva, aparelho de ar condicionado, modelo: Split Hi-wall e Split Cassete, capacidade: (24.000 btus), marca: Rheem.     | MENSAL | 13     | R\$            | R\$          | R\$                              |
| 04                               | Manutenção preventiva e corretiva, aparelho de ar condicionado, modelo: Split Hi-wall, capacidade: (30.000 btus), marca: Komeco.                    | MENSAL | 01     | R\$            | R\$          | R\$                              |
| 05                               | Manutenção preventiva e corretiva, aparelho de ar condicionado, modelo: Split Cassete, capacidade: (36.000 btus), marca: Rheem.                     | MENSAL | 01     | R\$            | R\$          | R\$                              |
| 06                               | Manutenção preventiva e corretiva, aparelho de ar condicionado, modelo: Split Piso Teto, capacidade: (60.000 btus), marca: Komeco.                  | MENSAL | 02     | R\$            | R\$          | R\$                              |
| VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES |   |        |        |                |              | R\$                              |

**PREÇO TOTAL OFERTADO:**

**PRAZO DE PRESTAÇÕES DO SERVIÇO:**

**DATA:**

**VALIDADE DA PROPOSTA:**

Carimbo da Firma, Nome e Assinatura  
do Representante Legal da Empresa

**ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA**

| ITEM                                    | DESCRIÇÃO   | UNID.  | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR MENSAL | VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES |
|---|---|--------|--------|----------------|--------------|----------------------------------|
| 01                                      | Manutenção preventiva e corretiva, aparelho de ar condicionado, modelo: Split Hi-wall, capacidade: (12.000 btus), marca: Komeco e Springer Carrier. | MENSAL | 10     | R\$ 300,00     | R\$ 3.000,00 | R\$ 36.000,00                    |
| 02                                      | Manutenção preventiva e corretiva, aparelho de ar condicionado, modelo: Split Hi-wall, capacidade: (18.000 btus), marca: Komeco.                    | MENSAL | 02     | R\$ 310,00     | R\$ 620,00   | R\$ 7.440,00                     |
| 03                                      | Manutenção preventiva e corretiva, aparelho de ar condicionado, modelo: Split Hi-wall e Split Cassete, capacidade: (24.000 btus), marca: Rheem.     | MENSAL | 13     | R\$ 350,00     | R\$ 4.550,00 | R\$ 54.600,00                    |
| 04                                      | Manutenção preventiva e corretiva, aparelho de ar condicionado, modelo: Split Hi-wall, capacidade: (30.000 btus), marca: Komeco.                    | MENSAL | 01     | R\$ 350,00     | R\$ 350,00   | R\$ 4.200,00                     |
| 05                                      | Manutenção preventiva e corretiva, aparelho de ar condicionado, modelo: Split Cassete, capacidade: (36.000 btus), marca: Rheem.                     | MENSAL | 01     | R\$ 320,00     | R\$ 320,00   | R\$ 3.840,00                     |
| 06                                      | Manutenção preventiva e corretiva, aparelho de ar condicionado, modelo: Split Piso Teto, capacidade: (60.000 btus), marca: Komeco.                  | MENSAL | 02     | R\$ 480,00     | R\$ 960,00   | R\$ 11.520,00                    |
| <b>VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES</b> |   |        |        |                |              | <b>R\$ 117.600,00</b>            |

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**Razão Social:**

Prezados Senhores,

Em atenção ao Edital de Licitação nº **036/CPL/25 (90.036/2025 - PNCP)** declaramos que cumprimos todos os requisitos de habilitação necessários para participar da licitação em epígrafe.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa  
devidamente identificada

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**Razão Social:** .....

Prezados Senhores,

Em atenção ao Edital de Licitação nº **036/CPL/25 (90.036/2025 - PNCP)** nossa empresa declara que:

- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas ligadas a integrantes do Poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 119 da Lei Orgânica Municipal;
- Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Não se encontra cumprindo nenhuma das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e na Lei nº 12.846/13;
- Comprometemo-nos a não contratar, para execução direta ou indireta dos serviços, objeto do presente edital, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou afinidade, até o terceiro grau de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa  
devidamente identificada

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA**  
**DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.**

.....(Razão Social da Licitante)....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ..... **DECLARA**, para fins do disposto no subitem 6.7 do Edital, do **PREGÃO ELETRÔNICO nº ...../CPL/25 (90.036/2025 - PNCP)**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da lei, que esta empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006.

**DECLARA** ainda que:

- A empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo no art. 3º da Lei Complementar supracitada, e;
- Os valores dos contratos vigentes eventualmente firmados com a Administração Municipal não superam a receita bruta máxima admitida para enquadramento na Lei Complementar nº 123/06.

\_\_\_\_\_  
(Local/Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e Assinatura do Representante Legal)

**ANEXO IV.1**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA**  
**DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/CPL/25 (90.036/2025 - PNCP)**

Prezados Senhores,

.....(Razão Social da Licitante), inscrita no CNPF nº ....., vem, DECLARAR, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)** e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

**DECLARA** ainda que:

- Os valores dos contratos vigentes eventualmente firmados com a Administração Municipal não superam a receita bruta máxima admitida para enquadramento na Lei Complementar nº 123/06.

\_\_\_\_\_  
(Local/Data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do empresário individual)

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa**

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**

**ANEXO IV.2**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA**  
**DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/CPL/25 (90.036/2025 - PNCP)**

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio do representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, DECLARAR, sob as penas da Lei, que observa o disposto no art. 34, da Lei nº 11.488/07 e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**

**ANEXO V - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/CPL/25 (90.036/2025 - PNCP)**

Prezados Senhores,

A empresa \_\_\_\_\_ de CNPJ nº \_\_\_\_\_ representada pelo(a) Sr(a) \_\_\_\_\_ declara de que a mesma atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso VI do Artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

E ainda,

- Dentre os aprendizes contratados são priorizados adolescentes entre 14 e 18 anos que esteja em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial nº 9.579/18, com redação conferida pelo Decreto nº 11.479/23.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do representante legal da empresa  
devidamente identificada



**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

**Ref. Pregão Eletrônico nº 036/CPL/25 (90.036/2025 – PNCP)**

Declaro, para os devidos fins, em cumprimento ao Pregão Eletrônico nº 036/CPL/25 (90.036/2025 – PNCP), que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, compareceu a Procuradoria Geral do Município – PGM, no qual objetivou o conhecimento das condições existentes, aos equipamentos, serviços e materiais, questões técnicas e demais exigências para a execução dos serviços, objeto deste certame.

Nova Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa

\_\_\_\_\_  
(Funcionário que acompanhou a equipe)  
(Carimbo e assinatura)

**ANEXO VI-1 - DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA**

**Ref. Pregão Eletrônico nº 036/CPL/25 (90.036/2025 – PNCP)**

Prezado(a) Senhor(a),

Declaro, para os devidos fins, em cumprimento ao Pregão Eletrônico nº 036/CPL/25 (90.036/2025 – PNCP) que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, renuncia à Vistoria Técnica Prévia, de acordo com os termos e especificações do Termo de Referência, e que o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta de preços, não podendo alegar desconhecimento em nenhuma hipótese ou argumento futuro quanto à não visita antecipada, bem como qualquer responsabilidade sobre o Município de Nova Iguaçu.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Técnico pela Empresa

Carimbo da empresa

**ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO PARA A \_\_\_\_\_  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA  
IGUAÇU E \_\_\_\_\_

O **MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Dr. Athaide Pimenta de Moraes, nº 528, Centro, Nova Iguaçu/RJ, CNPJ nº 29.138.278/0001-01, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Ilmo. Sr. (identificar a autoridade), e a empresa \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_ (IDENTIFICAR REPRESENTANTE) \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato para a prestação do serviço de \_\_\_\_\_, de acordo com o **processo administrativo nº \_\_\_\_\_ e com o Edital de Licitação nº \_\_\_\_\_/CPL/2025 (90.036/2025 - PNCP)**, observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 12.997/2022, considerando-se sempre as respectivas alterações, bem como as cláusulas e condições seguintes.

**ÍNDICE**

| <b>CLÁUSULA</b> | <b>ASSUNTO</b>                                   |
|-----------------|--|
| 1ª              | DO OBJETO  |
| 2ª              | DO PRAZO DE VIGÊNCIA                             |
| 3ª              | DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO                      |
| 4ª              | DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA                     |
| 5ª              | DO VALOR E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO    |
| 6ª              | DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA                          |
| 7ª              | DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO                      |
| 8ª              | DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO         |
| 9ª              | DA RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVA       |
| 10ª             | DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO                       |
| 11ª             | DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO                         |
| 12ª             | DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO                     |
| 13ª             | DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES |
| 14ª             | DAS FORMAS DE EXTINÇÃO                           |
| 15ª             | DA SUBCONTRATAÇÃO                                |
| 16ª             | DA PUBLICAÇÃO                                    |
| 17ª             | DA CONTAGEM DOS PRAZOS                           |
| 18ª             | DO FORO DE ELEIÇÃO                               |

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU – PGM/NI, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO/REPOSIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU SIMILARES NOVOS, COM ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos deste Contrato.

**Parágrafo único.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Termo de Referência ou Projeto Básico, o Edital da Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura do contrato.

**Parágrafo primeiro.** O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o prazo máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que apresentado requerimento instruído na forma do art. 99 do Decreto 12.997/2022.

**Parágrafo segundo.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**, desde que observados, ainda, os requisitos previstos no Decreto nº 12.997/2022 ou em ato normativo que o substitua.

**Parágrafo terceiro.** A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.

**Parágrafo quarto.** A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo, conforme padrão a ser aprovado pela Procuradoria-Geral do Município.

**Parágrafo quinto.** O Contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

**Parágrafo sexto.** O prazo máximo para início da execução dos serviços é de 02 (dois) dias, contados da ordem de início.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

Página 36

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização e a gestão do contrato, observando as diretrizes do Decreto Municipal nº 12.997/2022;
- d) receber os requerimentos e as solicitações formulados pela **CONTRATADA**, adotando as providências para que as respostas sejam apresentadas de forma conclusiva observados os prazos legais e normativos;
- e) o **MUNICÍPIO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias para decidir os requerimentos administrativos formulados, contados da data do protocolo dos pleitos devidamente instruídos, admitida a prorrogação motivada, por igual período. Nas hipóteses de reapresentação do requerimento por parte da **CONTRATADA** e de necessidade de complementação da instrução processual correlata, o prazo será interrompido, recomeçando a contagem a partir do novo protocolo;
- f) o **MUNICÍPIO** terá o prazo de 90 (noventa) dias para decidir os eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADA**, contados da data do protocolo, admitida a prorrogação motivada, desde que devidamente instruídos na forma do Decreto Municipal nº 12.997/2022. Nas hipóteses de reapresentação do requerimento por parte da **CONTRATADA** e de necessidade de complementação da instrução processual correlata, o prazo será interrompido, recomeçando a contagem a partir do novo protocolo;
- g) receber provisória e definitivamente o objeto contratado, nos termos deste contrato;
- h) notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- i) emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato, quando for o caso;
- j) notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração do descumprimento de cláusulas contratuais, conforme art. 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- k) proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrente do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 12.997/2022;
- l) acompanhar a execução dos serviços na data e horário estipulados;
- m) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- n) fornecer à **CONTRATADA**, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Prestar o serviço de acordo com todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do Município;
- b) Prestar, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos serviços prestados, sempre que a ela imputáveis;
- c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, em atenção ao art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao serviço, a menos que expressamente autorizada pelo MUNICÍPIO;
- e) não contratar durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **MUNICÍPIO** ou de agente público na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) efetuar, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, no tempo determinado por este, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no objeto prestado, sempre que a ela imputáveis;
- g) obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste Contrato e no Edital, cabendo ao **MUNICÍPIO**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização;
- h) Requerer, junto aos órgãos competentes, a autorização para execução de quaisquer atividades envolvidas na prestação do objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento dos mesmos e pela fiel observância da legislação aplicável;
- i) Permitir ao **MUNICÍPIO**, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso a suas dependências, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhe forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- j) substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- k) disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- l) comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- m) manter a regularidade junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores;
- n) quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
  - a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - d) Certificado de Regularidade do FGTS; e
  - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- o) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **MUNICÍPIO** e não poderá onerar o objeto do Contrato;
- p) arcar com ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do Município;
- q) arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe necessárias à plena execução do objeto contratado;
- r) arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;
- s) aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato que vier a ser celebrado, conforme estabelece o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- t) responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros em decorrência de atos ou omissões perpetrados quando da execução do objeto do contrato;
- u) responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- v) manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021, para além de obrigar-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- w) apresentar ao Município, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia e apresentação do original, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;
- x) correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de imprudência, negligência ou imperícia sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:
  - i. Má qualidade dos serviços prestados;
  - ii. Violação do direito de propriedade industrial;
  - iii. Furto, perda, roubo, deterioração ou avarias de materiais ou equipamentos;
  - iv. Ato ilícito seu e de seus empregados ou prepostos, que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;
  - v. Acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com seus empregados ou terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual, ou em decorrência da execução deles;
- y) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato e observar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), quando aplicável;
- z) caso haja previsão no edital, criar ou manter Programa de Integridade, nos termos da lei nº 12.846/2013, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;
- aa) cumprir todas as exigências constantes no Termo de Referência e seus anexos;

- bb) atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- cc) substituir no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a partir da data da comunicação escrita pela PGM, todo e qualquer produto defeituoso ou que vier a apresentar defeito;
- dd) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
- ee) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- ff) indenizar terceiros e ao **CONTRATANTE** os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- gg) a Contratada será integralmente responsável por todos os custos relacionados à realização dos serviços nas dependências da PGM, conforme solicitado pela Contratante. Essa responsabilidade inclui materiais, mão de obra, equipamentos necessários, transporte, e quaisquer despesas adicionais decorrentes da execução dos serviços, garantindo que sejam realizados dentro dos prazos e padrões técnicos exigidos pela PGM;
- hh) comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na entrega do objeto ou durante a sua execução;
- ii) responsabilizar-se integralmente pela execução do Contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação vigente;
- jj) responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- kk) atender com presteza a solicitação do Gestor/Fiscal do Contrato;
- ll) não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do Contrato;
- mm) arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis de correntes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em suas propostas não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021;
- nn) informar ao setor responsável da PGM, durante o período de vigência do Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (email) ou outros dados.

**Parágrafo único.** No cumprimento das obrigações contratuais, a contratada deverá observar as disposições do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O valor total previsto para este contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_), passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 124, inciso I, alíneas a e b e inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 14.133/2021.



**Parágrafo primeiro.** Os preços contratados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento estimado.

**Parágrafo segundo.** Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse e fundamentado requerimento da contratada, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice **IPCA**.

**Parágrafo terceiro.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**Parágrafo quarto.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**Parágrafo quinto.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**Parágrafo sexto.** O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual e/ou de eventual alteração contratual, sob pena de preclusão.

**Parágrafo sétimo.** Caso, na data de eventual prorrogação e/ou alteração contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação e/ou de alteração para resguardar o direito futuro do contratado, a ser exercido tão logo se disponha do índice necessário, sob pena de preclusão.

**Parágrafo oitavo.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

**Parágrafo nono.** O contratado deverá apresentar seu pleito de reajuste devidamente instruído, dentro de 60 (sessenta) dias a contar da divulgação do índice correspondente ao mês do reajuste, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211 do Código Civil.

**Parágrafo décimo.** A apresentação do pedido dentro do prazo previsto no parágrafo anterior ensejará a produção de efeitos financeiros a contar da data-base prevista no contrato.

**Parágrafo décimo primeiro.** Em caso de ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que obstem o prosseguimento da execução contratual nos termos em que pactuados, caberá ao interessado notificar formalmente a parte contrária acerca da intenção de pleitear a revisão contratual oportunamente, em até 60 (sessenta) dias a contar da constatação da ocorrência da onerosidade excessiva, dentro da vigência contratual ou, em caso de prorrogação ou alteração contratual,

antes da assinatura do termo aditivo, sob pena de decair do direito.

**Parágrafo décimo segundo.** Uma vez tendo sido efetuada a notificação na forma do parágrafo anterior, o requerimento de revisão devidamente instruído poderá ser apresentado posteriormente, desde que dentro da vigência contratual e observado o prazo prescricional de 05 (cinco) anos em relação às medições envolvidas nos cálculos.

**Parágrafo décimo terceiro.** O requerimento de revisão deverá ser instruído com: a indicação do momento a partir do qual restou configurada a onerosidade excessiva; a demonstração de que os preços contratuais sofreram impacto excepcional; a demonstração de que os reajustes não se prestam a adequar os preços descaracterizando a onerosidade excessiva; a comprovação dos custos efetivamente suportados durante a execução contratual; a demonstração de que a alegação de onerosidade excessiva considerou a avaliação do contrato como um todo; e a indicação da data de corte do pedido de revisão, que poderá ser o fim da onerosidade excessiva ou a última medição abarcada no requerimento.

**Parágrafo décimo quarto.** Os pedidos de reajustamento em sentido estrito e revisão deverão observar as diretrizes fixadas no Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**Parágrafo décimo quinto.** Consideram-se incluídos no preço previsto no *caput* desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostada aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

**PROGRAMA DE TRABALHO:**

**ELEMENTO DE DESPESA:**

**FONTE DE RECURSOS:**

**Parágrafo primeiro.** As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

**Parágrafo segundo.** No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato, será exercida por servidores designados pela autoridade máxima do órgão, enquanto a gestão se dará por servidores designados pela mesma autoridade, competindo a tais servidores o exercício das atribuições previstas nos artigos 9º e 10, do Decreto Municipal nº 12.997/2022, respectivamente.

**Parágrafo primeiro.** A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

**Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

**Parágrafo terceiro.** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo quarto.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os artigos 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo quinto.** Todos os atos exarados pela fiscalização do contrato deverão ser escritos e levados ao processo administrativo respectivo, submetendo-se à ciência, ratificação ou deliberação da autoridade competente.

**Parágrafo sexto.** Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

O objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega do escopo contratado, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, pelo fiscal do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias do término da execução dos serviços, mediante assinatura de termo detalhado de atendimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento provisório, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado de atendimento dos requisitos e diretrizes fixadas no termo de referência e no edital.

**Parágrafo primeiro.** Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o recebimento definitivo será sobrestado até que os reparos ou substituições sejam realizados.

**Parágrafo segundo.** A ultrapassagem do prazo fixado na alínea *b* do caput desta cláusula sem manifestação do fiscal do contrato não importa na presunção de recebimento definitivo, cabendo à contratada o direito de apresentar requerimento expresse perante o órgão ou entidade responsável pela contratação.

**Parágrafo terceiro.** O termo mencionado na alínea *a* do caput desta cláusula deve indicar expressamente sua vinculação ao recebimento provisório, resguardando o direito da Administração de rejeitar o fornecimento não emitindo o recebimento definitivo.

**Parágrafo quarto.** Inobservadas as condições contratadas, o fiscal do contrato deverá rejeitar o serviço quando do advento do prazo final para execução ou após as devidas análises e verificações, não assinando o termo de recebimento definitivo e fixando prazo para que a contratada proceda à reparação, refazimento ou outra medida adequada.

**Parágrafo quinto.** Nos casos de serviço de natureza contínua, a cada ano de vigência do contrato deverá ser emitido termo de recebimento provisório pela comissão de fiscalização, documento este que instruirá eventual pedido de prorrogação do prazo de vigência do contrato. O recebimento definitivo em tais casos somente será emitido no último ano de vigência da contratação.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste contrato, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratadas ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

**Parágrafo primeiro.** A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

**Parágrafo segundo.** As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei Federal nº 12.846/2013, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

**Parágrafo terceiro.** A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**Parágrafo quarto.** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, observando-se os valores e as periodicidades de cada etapa.

**Parágrafo primeiro.** Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à prestação do objeto da contratação efetivamente fornecida, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

**Parágrafo segundo.** Eventuais discrepâncias no fornecimento deverão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento, devendo ser observada a garantia de manifestação prévia da contratada.

**Parágrafo terceiro.** O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**Parágrafo quarto.** De acordo com o art. 124 do Decreto Municipal nº 12.997/2022, a contratada deverá apresentar, juntamente com a fatura ou nota fiscal dos bens ou materiais entregues, os seguintes documentos:

- I - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal;
- II - certidão de regularidade previdenciária, social e trabalhista;
- III - medição realizada pela fiscalização do contrato, caso o contrato esteja submetido a tal regime de pagamento.

**Parágrafo quinto.** O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias contado da data de apresentação do pedido.

**Parágrafo sexto.** Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura ou complementação de documentação pela contratada, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, voltando a transcorrer a partir da data do cumprimento da exigência.

**Parágrafo sétimo.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA-E** e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

**Parágrafo oitavo.** Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

**Parágrafo nono.** No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

**Parágrafo décimo.** Em caso de não comprovação da regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, a contratada deverá ser instada a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria Geral do Município em caso de débito inscrito em dívida ativa.

**Parágrafo décimo primeiro.** Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos serão remetidos à Procuradoria Geral do Município para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito municipal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Admitir-se-á a alteração do contrato na forma prevista no artigo 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, mediante a assinatura de termo aditivo, desde que observados os limites percentuais legais e vedada a transfiguração do objeto inicialmente contratado.

**Parágrafo primeiro.** Para efeito de observância aos limites de alterações contratuais previstos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, as reduções ou supressões de quantitativos devem ser consideradas de forma isolada, de modo que o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal.

**Parágrafo segundo.** Registros que não configurem efetiva alteração do contrato poderão ser realizados mediante mera apostila.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral da prestação dos serviços.

**Parágrafo único.** A suspensão do contrato, a que se refere o parágrafo 3º, inciso II, do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência pela inexecução parcial do contrato;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso que será convertida em compensatória nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- c) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, exceto nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 30% (trinta por cento);
- d) multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

**Parágrafo primeiro.** A imposição de multa igual ou inferior a 5% do valor do contrato e a aplicação da sanção de advertência pode ser levada a efeito pelo fiscal do contrato que deverá providenciar a notificação da CONTRATADA observado o prazo de defesa de 15 (quinze) dias úteis.

**Parágrafo segundo.** Nos demais casos, a sanção deve ser imposta pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, devendo ser instituída comissão para apuração nos casos de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, observado o procedimento descrito no Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**Parágrafo terceiro.** As sanções previstas nas alíneas a, e e f podem ser cumulativamente aplicadas com as sanções pecuniárias.

**Parágrafo quarto.** Os valores das multas serão deduzidos dos eventuais créditos contratuais da CONTRATADA, devendo em caso de saldo ser retida a garantia de execução contratual ofertada, ensejando ainda a inscrição em dívida ativa para cobrança judicial em caso de insuficiência das referidas quantias.

**Parágrafo quinto.** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato nem tampouco afasta o dever da CONTRATADA de reparação integral dos danos causados à Administração.

**Parágrafo sexto.** A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**Parágrafo sétimo.** Os prazos das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, assim como a delimitação do *quantum* das sanções pecuniárias observarão as diretrizes fixadas no art. 156, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo oitavo.** A notificação da CONTRATADA dar-se-á por qualquer meio que assegure a certeza de ciência, admitindo-se publicação em edital em caso de retorno negativo de aviso de recebimento ou de comunicação eletrônica.

**Parágrafo nono.** A prática de ato tipificado na Lei nº 12.846/13 será apurada em autos próprios, observado o procedimento do referido diploma legal, inclusive, nos casos em que os referidos atos também se enquadrarem nas infrações descritas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo décimo.** As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão inscritos em dívida ativa e cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo décimo primeiro.** Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS FORMAS DE EXTINÇÃO

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades eventualmente cabíveis, observados os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Contrato.

**Parágrafo primeiro.** O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **MUNICÍPIO**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

**Parágrafo segundo.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da **CONTRATADA** pelo **MUNICÍPIO** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**Parágrafo terceiro.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este parágrafo ocorra com menos de 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**Parágrafo quarto.** A extinção prematura do contrato dar-se-á:



a) por ato unilateral do **MUNICÍPIO**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei.

b) consensualmente, na forma do art. 138, II da Lei Federal nº 14.133/2021; e

c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo contratante, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

**Parágrafo quinto.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

**Parágrafo sexto.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**Parágrafo sétimo.** A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

**Parágrafo oitavo.** A justificativa da rescisão por ato unilateral do **MUNICÍPIO**, sempre que possível, contemplará:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) as indenizações e multas.

**Parágrafo nono.** A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

**Parágrafo décimo.** A extinção prematura do contrato, por meio de rescisão unilateral ou bilateral, operará seus efeitos a partir da publicação do respectivo extrato no órgão oficial de divulgação do Município de Nova Iguaçu e no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP, no site <http://www.gov.br/pncp>.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

Após a assinatura do contrato seu inteiro teor deverá ser divulgado, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), devendo seu extrato ser publicado no DOE-NI e seu inteiro teor inserido no Portal de Transparência da Administração Municipal.

**Parágrafo primeiro.** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

**Parágrafo segundo.** O **MUNICÍPIO** deverá inserir os dados deste contrato no SIGFIS ou sistema equivalente para ciência do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, observados os prazos fixados em deliberações do referido órgão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Nova Iguaçu, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Nova Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Pela **CONTRATANTE**:

Pela **CONTRATADA**:

**TESTEMUNHAS:**

1 –

2 –

## ANEXO VIII ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Em conformidade com a Lei federal nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 12.997/2022, o Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº 12.997/2022;
- 1.2. O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta os estudos técnicos realizados visando identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado, em termos de requisitos, alternativas e justificativas para escolha da melhor solução para alcançar os resultados pretendidos;
- 1.3. Tendo em vista que esta contratação ainda não se encontra descrita no PCA do Município do ano de 2025, será necessária autorização por parte do Chefe do Poder Executivo, conforme art. 4º do Decreto Municipal nº 12.584/2021 e art. 18, §6º do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

### 2. OBJETO

- 2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem como propósito assegurar a viabilidade técnica da contratação de **empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos de ar condicionado da Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu – PGM/NI, com fornecimento e substituição/reposição de peças, compressores (sob demanda), componentes e acessórios originais ou similares novos, com elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC**, para atender as necessidades das dependências desta Procuradoria, conforme ANEXO I.
- 2.2. O PMOC, devidamente elaborado e assinado pelo responsável técnico da CONTRATADA, deverá conter, no mínimo, as informações constantes no Anexo I da Portaria GM/MS n.º 3.523/98, de 28 de agosto de 1998. Além de mecanismo para que todas as ações de manutenção e controles sejam registrados de forma individualizada, por aparelho de ar condicionado.

### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Tendo em vista a ausência, no atual quadro de servidores da Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu, de profissionais com capacitação técnica para realizar serviços de manutenção em aparelhos de ar

condicionado, e considerando, ademais, que tais atividades não se enquadram nas atribuições institucionais do órgão, a contratação de empresa especializada mediante terceirização apresenta-se como uma solução mais eficiente, proporcionando redução de custos e encargos trabalhistas. A realização do serviço ora tratado visa atender às demandas relacionadas à manutenção, tanto preventiva quanto corretiva, dos aparelhos de ar condicionado desta Procuradoria Geral do Município, com o propósito de assegurar o pleno funcionamento e adequada conservação dos referidos equipamentos, contribuindo para a preservação do patrimônio público. Tal medida também se fundamenta na preocupação com a saúde, a segurança, o conforto e o bem-estar dos usuários dos ambientes climatizados nos locais de trabalho da PGM/NI, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde e na Resolução-RE nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, prevenindo, assim, eventuais prejuízos ao regular desempenho das atividades administrativas.

**3.2.** Ademais, com a alta temperatura no Município de Nova de Iguaçu, torna-se imprescindível a utilização de sistema de climatização adequado e em plena condição de uso, visando o ambiente satisfatório para o bom desempenho dos servidores na realização de suas atividades.

**3.3.** Os serviços em questão são comuns, pois são facilmente prestados por diversas empresas e permitem estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiar e são objeto, correspondendo às exigências dos incisos XIII, XV, XLV e XLVI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021. Visando à observância do princípio da economicidade, os compressores, equipamentos e peças de reposição necessários à execução dos serviços serão fornecidos diretamente pela CONTRATADA, estando incluídos na composição dos custos, o que permitirá uma utilização mais eficiente dos recursos materiais e financeiros envolvidos.

**3.4.** Todos os critérios relacionados ao meio ambiente e à segurança do trabalho observaram os princípios da legalidade e da isonomia entre os participantes do certame, não representando restrição à concorrência, uma vez que se baseiam em normas gerais obrigatórias a todas as empresas atuantes nos segmentos abrangidos pelo objeto da licitação.

**3.5.** A Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu, reconhecendo a responsabilidade do Estado quanto à promoção do bem-estar da população e à proteção ambiental de forma contínua e estruturada, adota uma política de responsabilidade socioambiental voltada para o uso eficiente e racional dos recursos públicos, bem como para a incorporação de aspectos socioambientais em seu ambiente institucional. Nesse contexto, o presente Estudo Técnico Preliminar alinha-se aos princípios da Gestão Pública Sustentável.

**3.6.** Os principais objetivos da contratação dos serviços são: a) assegurar um ambiente climatizado e saudável, promovendo conforto, bem-estar e melhores condições de trabalho aos servidores, bem como aos cidadãos e demais pessoas que procuram a PGM; b) assegurar a continuidade das atividades, uma vez que a interrupção dos serviços pode afetar o andamento dos trabalhos no âmbito da Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu; e c) reforçar a observância do princípio da economicidade.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos exigidos para a contratação, com o objetivo de atender à demanda, são os seguintes: (i) Requisitos mínimos de qualidade: A contratação em questão deverá observar, além dos requisitos mínimos estabelecidos no Termo de Referência, a escolha da proposta mais vantajosa por meio de processo competitivo, assegurando-se, sempre que possível, a obtenção da melhor qualidade pelo menor custo. A especificação dos requisitos no Termo de Referência deve restringir-se apenas ao que for essencial para atender à necessidade identificada, de modo a preservar a competitividade do certame e promover a máxima eficiência na contratação; (ii) Requisitos normativos e legais: A presente contratação deverá atender ao que determina a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 12.997/2022, bem como, subsidiariamente e supletivamente, no que cabível e compatível, o Código Civil Brasileiro, sobretudo a Teoria Geral dos Contratos, e deverá, em caso de lacunas, integrar-se pela analogia e pelos princípios gerais do direito.

4.2. A **manutenção preventiva** corresponde à realização de inspeções regulares nos aparelhos e equipamentos, com o propósito de verificar suas condições operacionais e identificar eventuais falhas, desgastes ou danos em peças, acessórios e demais componentes. Busca-se, assim, assegurar que se mantenham em conformidade com os padrões de segurança e desempenho, operando de forma adequada. Além disso, essa prática visa garantir que o funcionamento dos equipamentos se aproxime ao máximo das especificações originais de projeto, promovendo maior eficiência e menor consumo de energia.

4.3. A **execução da manutenção deverá ser realizada de acordo com o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, a ser elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela fiscalização**, que deverá conter, no mínimo: (i) a descrição e periodicidade das atividades a serem desenvolvidas, compreendendo o mínimo de rotinas e cronogramas de manutenção preventiva; planejamento e programação das atividades a serem realizadas no dia; data e horário das atividades; identificação da rotina para as ordens de serviços; (ii) recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para garantia de segurança do sistema de climatização e outros de interesse; (iii) identificação do ferramental, insumos básicos, materiais, e demais componentes a serem disponibilizados pela contratada para a completa execução do serviço; (iv) qualificação técnica dos profissionais que farão parte da equipe; (v) modelo de relatório a ser apresentado mensalmente ao contratante, com inclusão dos checklists de manutenção preventiva apresentados nessas especificações, análise técnica do sistema como um todo, principais eventos ocorridos e outras informações pertinentes; (vi) coerência com a Lei nº 13.589/2018 e legislação de segurança e medicina do trabalho, e; (vii) contínuo processo de ajuste e complementação de todos os procedimentos de manutenção preventiva, de modo a permanecerem atualizados ao longo da evolução tecnológica e consistentes com as necessidades.

4.4. **ROTINA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL**: (i) inspeção na tubulação de condensação, observando se há vazamento, devendo verificar os mangotes, braçadeira, registros e válvulas; (ii) inspeção

das luvas de acoplamento e rolamentos das bombas de condensação e respectivos motores; (iii) medição da amperagem dos motores e bombas de condensação, e dos motos ventiladores, comparando-se com os valores padronizados; (iv) verificação do alinhamento do ajuste das correias e polias das bombas e de condensação, dos ventiladores, dos condicionadores e exaustores; (v) limpeza dos filtros e serpentinas dos condicionadores de ar primários; (vi) limpeza externa dos painéis centrífugas, bombas e de condensação; (vii) inspeção e ajustes, se necessário for, dos relés de sobrecarga de todos os motores; (viii) limpeza da mangueira de drenagem; (ix) limpeza da bandeja de drenagem; (x) verificação do encaixe das aletas; (xi) inspeção dos exaustores de força e auxiliares dos contadores de centrífugas e compressores; (xii) inspeção dos contatos de forças auxiliares das contadoras das bombas e ventiladores, das contadoras dos condicionadores e exaustores; (xiii) reaperto dos terminais e conexões elétricas nos quadros das centrífugas e compressores, nos quadros das bombas e ventiladores, e nos quadros dos condicionadores e exaustores; (xiv) ajuste das correias e alinhamento nas polias dos ventiladores, dos condicionadores e exaustores; (xv) inspeção quanto ao aquecimento dos rolamentos e mancais das bombas, ventiladores e dos condicionadores e exaustores; (xvi) limpeza dos filtros e serpentinas das unidades de indução e dos condicionadores; (xvii) limpeza interna e externa das carcaças dos evaporadores; (xviii) verificação e eliminação da corrosão, sujeira, danos e escoriações no gabinete, serpentina e bandeja do condensador; (xix) verificação do estado de conservação dos isolamentos térmicos; (xx) verificação do nível de ruído, tensão das correias e vibrações anormais; (xxi) inspeção do alinhamento das bombas, de condensação e de lavagem; (xxii) verificação do óleo lubrificante das bombas, condensação e de lavagem; (xxiii) lubrificação dos ventiladores, condicionadores e exaustores; (xxiv) verificação da graxa nos mancais dos ventiladores; (xxv) limpeza geral nos quadros elétricos de todo o sistema, bem como das passagens de ventilação de todos os motores, bandeja de água condensada; (xxvi) teste de vazamento de gás em todo o circuito frigorígeno; (xxvii) complementação da carga de gás, se necessário; (xxviii) aferição de todos os elementos de controle, inclusive de superesfriamento dos compressores; (xxix) remoção e limpeza da tampa frontal e do gabinete; (xxx) limpeza dos filtros e serpentinas dos condicionadores de ar primários.

**4.5. ROTINA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL:** (i) aferição da resistência de isolamento e trabalho dos compressores e motores; (ii) verificação do aterramento dos quadros elétricos e dos motores do sistema em geral; (iii) reaperto das bases de fixação dos motores, ventiladores e bombas; (iv) reaperto dos mancais dos ventiladores, condicionadores e exaustores; (v) aferição geral das condições de trabalho dos condicionadores e exaustores; (vi) ajuste dos contatos dos cabos elétricos no borne; (vii) revisão dos contatos dos cabos elétricos no compressor; (viii) revisão do sensor de temperatura; (ix) ajuste dos parafusos do gabinete; (x) verificação dos capacitores; (xi) verificação dos calços; (xii) ajuste da hélice e motor; (xiii) análise da qualidade do ar.

**4.6. ROTINA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL:** (i) troca de óleo e filtro das centrífugas; (ii) limpeza dos dutos de ar e grelhas de retorno e insuflamento; (iii) verificação dos ajustes e controle de segurança dos compressores e das centrífugas; (iv) verificação do isolamento da tubulação existente entre as unidades; (v) verificação do travamento da tubulação; (vi) inspecionar a câmara de refrigeração e a purga, bem como todo centro de controle, e; (vii) substituição das pilhas dos controles.

**4.7. A manutenção corretiva** compreende a resolução de falhas, avarias ou defeitos já identificados ou que eventualmente venham a surgir durante a vigência do contrato, com o objetivo de assegurar o pleno funcionamento dos aparelhos e equipamentos. Para isso, inclui-se a substituição de peças e componentes danificados, desgastados ou com defeito; realização de ajustes e regulagens mecânicas e eletrônicas; reposição da carga de gás refrigerante; além de outros procedimentos que se mostrem necessários, tais como: **(i)** aplicação/utilização de materiais e insumos diversos, tais como: lubrificantes (como graxas e óleos), solventes, agentes químicos de limpeza, produtos anticorrosivos e com função antiferrugem, tintas, lixas, fitas isolantes, álcool, filtros secadores, espumas e massas de vedação, vaselina, estopas, sacos plásticos para descarte de resíduos, itens para soldagem, zarcão, gases refrigerantes, trapos, bem como gases industriais como oxigênio, nitrogênio e acetileno, além de outros materiais e produtos de limpeza em geral; **(ii)** realinhamento de drenos, tubulações e mangueiras; manutenção nas unidades condensadoras e evaporadoras; reparo ou troca dos painéis responsáveis pelo controle de temperatura; conserto de controles remotos; **(iii)** verificação completa do sistema de funcionamento do equipamento, incluindo os devidos ajustes, regulagens e lubrificação, bem como a higienização das unidades evaporadora e condensadora, acompanhada da identificação e reparo de eventuais vazamentos do fluido refrigerante do aparelho; **(iv)** substituição dos suportes externos de fixação da unidade condensadora.

**4.8.** Os serviços de manutenção corretiva deverão abranger, conforme for o caso, a reposição de peças, a reposição de gás, a visita do técnico especializado ao local do equipamento defeituoso, a sua retirada e reinstalação.

**4.9. FORNECIMENTO DE PEÇAS:** Uma vez devidamente constatada a necessidade de substituição do compressor de determinado equipamento (como central de ar, aparelhos de janela ou do tipo 'Split'), por meio de laudo técnico aprovado pelo Fiscal do contrato, caberá à CONTRATADA providenciar, dentro do prazo adequado, o fornecimento do material necessário à referida substituição. As peças, componentes e acessórios que forem substituídos sem custo para a CONTRATANTE deverão ser novos, sem uso, originais ou de qualidade equivalente, e compatíveis com as especificações técnicas estabelecidas pelo fabricante. Para a adequada realização dos serviços, a Contratada deverá fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios indispensáveis, nas quantidades previstas e com as especificações de qualidade indicadas, procedendo à sua substituição sempre que se fizer necessário. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de todo o material de consumo indispensável à realização dos serviços, bem como de quaisquer outros itens que se façam necessários para a execução das atividades, conforme exemplificado na listagem a seguir: **(i)** graxas; **(ii)** estopas; **(iii)** óleo lubrificante; **(iv)** produtos químicos de limpeza; **(v)** detergente; **(vi)** álcool; **(vii)** solventes **(viii)** material contra corrosão e para proteção antiferruginosa; **(ix)** tintas; **(x)** pincéis **(xi)** lixas **(xii)** panos de limpeza; **(xiii)** oxigênio; **(xiv)** acetileno; **(xv)** zarcão **(xi)** escovas de aço e nylon; **(xvii)** massa de vedação; **(xviii)** material de soldagem; **(xix)** espuma de vedação; fita isolante; **(xx)** fita teflon; **(xxi)** fusíveis; **(xxii)** lâmpada piloto; **(xxiii)** pilhas para controle remoto; **(xxiv)** gás refrigerante para reposição e outros materiais que se fizerem necessários.

**4.10.** A CONTRATADA será responsável por fornecer todas as peças necessárias para a manutenção, assim como quaisquer outras indispensáveis para a realização dos serviços, conforme a seguinte lista: (i) abraçadeiras; (ii) acessório amortecedor de vedação; (iii) bandeja do dreno; (iv) base; (v) bucha; (vi) cabo de alimentação elétrica; (vii) disjuntores; (viii) capacitor de partida; (ix) capacitor do motor; (x) capacitor do ventilador; (xi) capilar; (xii) contator; (xiii) conjunto de válvula de alta pressão; (xiv) conjunto de válvula de baixa pressão; (xv) conjunto de serpentina; (xvi) conjunto display; (xvii) controle remoto; (xviii) direcionador horizontal inferior; (xix) direcionador horizontal superior; (xx) display; (xxi) filtro de ar; (xxii) hélice plástica; (xxiii) hélices; (xxiv) mangueira do dreno com conector liso; (xxv) mangueira cristal dreno ar; (xxvi) motor de direcionamento do ar; (xxvii) motor do ventilador; (xxviii) palheta horizontal; (xxix) palheta vertical; (xxx) placa eletrônica; (xxxi) placa receptora; (xxxii) placas de cobre; (xxxiii) presilhas para cabos elétricos; (xxxiv) presilha da tubulação; (xxxv) protetor térmico; (xxxvi) sensor ambiente; (xxxvii) sensor da serpentina; (xxxviii) serpentina; (xxxix) serpentina do condensador; (xl) serpentina do evaporador; (xli) suporte da serpentina; (xlii) suporte de instalação; (xliii) suporte do controle remoto; (xliv) suporte do filtro desodorizador; (xlv) termostato; (xlvi) suporte do termostato; (xlvii) suporte do motor; (xlviii) suporte do motor do ventilador; (xlix) tampa frontal; (l) tampa lateral esquerda; (li) tampa plástica de serviço; (lii) transformador; (liii) tubo capilar; (liv) turbina; (lv) turbina do ventilador; (lvi) válvula da linha de descarga; (lvii) válvula da linha de líquido; (lviii) tampas de gesso acartonado e grelhas de proteção da evaporadora do ar central; (lix) isolamento térmico para canos de cobre e outras peças que se fizerem necessárias para conserto e conservação dos aparelhos.

**4.11.** A contratante deverá manter em seu estoque, conforme a necessidade, um compressor disponível para substituição imediata em cada equipamento, sempre que for preciso.

**4.12.** Com o objetivo de garantir a excelência na execução dos serviços descritos neste Estudo Técnico Preliminar, todos os materiais, peças novas e insumos fornecidos deverão ser de qualidade superior, originais e/ou compatíveis com as especificações do fabricante, apresentando qualidade igual ou superior àquela dos componentes já instalados. A Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu reserva-se no direito de rejeitar qualquer material ou produto que demonstre sinais de terem sido reconicionados ou reutilizados.

**4.13.** Durante a realização dos serviços de limpeza, a CONTRATADA deverá empregar exclusivamente produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde, sendo vedado o uso de substâncias identificadas como carcinogênicas, teratogênicas ou mutagênicas, bem como aquelas que possam provocar danos ou corrosão nos aparelhos de ar-condicionado.

**4.14.** Equipamentos novos que eventualmente venham a ser adquiridos em reposição aos atualmente instalados poderão ter manutenção preventiva mais espaçada, mediante prévia anuência da Administração municipal e de acordo com o PMOC.



**4.15.** Os serviços deverão contemplar todos os tipos e marcas de ar-condicionado atualmente disponíveis, assim como os equipamentos novos que forem adquiridos futuramente, os quais serão incluídos no contrato por meio de Termo Aditivo, sem prejuízo da avaliação dos reflexos de tais alterações no contrato.

**4.16.** Os serviços precisam ser realizados por profissionais qualificados, que estejam devidamente munidos dos equipamentos de proteção individual (EPIs) apropriados para a atividade.

**4.17.** A empresa contratada será responsável por disponibilizar os equipamentos, ferramentas e mão de obra indispensáveis para a adequada execução dos serviços descritos neste ETP, ou que venham a ser necessários, assumindo também as despesas relacionadas à mobilização e ao transporte.

**4.18.** Após a finalização da manutenção, a empresa deverá aplicar uma etiqueta adesiva em cada equipamento, com o objetivo de indicar o nome da empresa e a data em que o serviço foi realizado.

**4.19.** O atendimento dos chamados deverá ocorrer em até 06 (seis) horas a partir do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE, podendo esse prazo ser estendido mediante apresentação de justificativa, nos casos em que houver indisponibilidade de peças de reposição ou outros fatores que impeçam a finalização do reparo dentro do prazo inicialmente estabelecido.

**4.20.** Os serviços serão executados no prédio sede da Procuradoria Geral de Nova Iguaçu, localizado na Rua Athaide Pimenta de Moraes, 335, Centro, Nova Iguaçu/RJ, esquina com a Rua Dr. Barros Júnior.

**4.21.** A execução dos serviços caberá à empresa CONTRATADA, não sendo aceita a recusa de sua parte sob a alegação de excesso de demanda ou limitação de sua capacidade operacional.

**4.21.1.** A CONTRATADA deverá elaborar Relatório Mensal de Acompanhamento Contratual para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

**4.22.** Para a elaboração da proposta comercial, as empresas participantes da licitação deverão considerar as especificidades e eventuais dificuldades de acesso relacionadas a determinados equipamentos da CONTRATANTE, que deverão ser aferidas na vistoria.

**4.23.** A empresa contratada deverá atuar em conformidade com um conjunto de normas regulatórias pertinentes ao tema, dentre as quais se destacam: (i) Lei nº 13.589/2018; (ii) Resolução nº 09/2003 – ANVISA; (iii) ABNT NBR 13971:2014 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento – Manutenção programada; (iv) ABNT NBR 14679:2012 – Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização; (v) ABNT NBR 16401-3:2008 – Instalações de ar condicionado - Sistemas centrais e unitários - Parte 3: Qualidade do ar interior, e; (vi) ABNT NBR 5410:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão.

**4.24.** A empresa contratada deverá designar profissionais tecnicamente habilitados, conforme a legislação vigente, para a execução dos serviços de manutenção e higienização dos sistemas.

**4.25.** Todas as ações relacionadas à manutenção, operação e monitoramento dos equipamentos e sistemas de climatização deverão ser detalhadas em relatórios mensais.

**4.26.** A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, cumprir os padrões de qualidade do ar em ambientes climatizados artificialmente, especialmente no que se refere à presença de poluentes físicos, químicos e biológicos, bem como às respectivas tolerâncias e métodos de controle, atendendo integralmente às exigências dos órgãos reguladores competentes.

**4.27.** O relatório técnico deverá ser redigido e entregue pela empresa contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, observando rigorosamente as normas da ANVISA e as disposições da Segurança e Medicina do Trabalho.

**4.28.** A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a substituição de peças fornecidas pela empresa deverá ocorrer de forma a não representar risco à saúde dos usuários dos ambientes climatizados.

## **5. QUANTITATIVO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

As estimativas de quantidades estarão descritas no ANEXO I deste ETP.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**6.1.** A manutenção de aparelhos de ar condicionado configura-se como um serviço comum, devendo, portanto, ser incluída nas contratações realizadas por todos os órgãos da Administração Pública que possuam esses equipamentos em seu patrimônio.

**6.2.** Trata-se de uma atividade fundamental para garantir a preservação e o pleno funcionamento dos aparelhos. Considerando as particularidades envolvidas, como dimensões e características dos ambientes onde estão instalados, o mercado oferece diferentes alternativas para a contratação desse tipo de serviço. Dentre as principais, destacam-se as seguintes: (i) Prestação de serviços de manutenção de sistemas de ar condicionado com alocação exclusiva de mão de obra. Nessa modalidade, a contratada disponibilizará profissionais para atendimento durante os períodos definidos em contrato, sendo também responsável pela gestão das atividades desempenhadas por esses trabalhadores. Adicionalmente, será imprescindível o fornecimento de peças e ferramentas para a adequada execução dos serviços; (ii) Contratação de serviços de manutenção de aparelhos de ar condicionado, sem exigência de alocação exclusiva de pessoal. Esse tipo de contratação pode ser realizado nas modalidades de valor fixo mensal ou valor por demanda.

**6.2.1.** O modelo por demanda apresenta a vantagem de possibilitar a execução exclusivamente dos serviços que forem efetivamente necessários, de acordo com a solicitação da fiscalização contratual. Dessa forma, os custos serão apurados com base nos serviços realizados. Tal formato contribui para a diminuição das despesas associadas à prestação dos serviços e oferece ao fiscal instrumentos mais eficazes de controle e gestão. Contudo, demanda um acompanhamento mais rigoroso das atividades, além de um maior conhecimento técnico por parte da fiscalização acerca da natureza das intervenções necessárias e dos serviços executados.

**6.2.2** Na hipótese de adoção de um valor mensal fixo, destaca-se como benefício a possibilidade de se conhecer antecipadamente o montante de recursos financeiros necessários. Ademais, contratos mensais podem permitir à contratada a concessão de descontos mais expressivos, em razão da previsibilidade da periodicidade dos serviços de manutenção. Por outro lado, essa modalidade envolve riscos, pois, caso os custos reais superem as estimativas da empresa contratada, pode haver comprometimento na qualidade dos serviços prestados. De todo modo, tais riscos tendem a ser mitigados mediante a exigência de uma visita técnica prévia ao certame.

**6.2.3.** Considerando a experiência anterior desta PGM com a contratação desse tipo de serviço, que permitiu a avaliação histórica da demanda efetiva e a média dos serviços necessários, optou-se pela continuidade do mesmo modelo de contratação atualmente vigente, a saber, a contratação sem dedicação exclusiva de mão de obra e com valores fixos.

## **7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** Para fins de elaboração deste ETP, foram considerados os valores atualmente praticados no Contrato nº 054/CPL/2019, firmado por esta PGM para atendimento do mesmo quantitativo de equipamentos, e com valor atual de R\$ 4.225,00 mensais, equivalente a R\$ 50.700,00 anuais.

**7.2.** A estimativa orçamentária efetiva do valor da contratação estará exposta em mapa de cotação de preços anexado ao processo de contratação com base neste estudo.

## **8. DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO**

**8.1.** Os serviços incluem a contratação para realização de manutenção corretiva e preventiva em aparelhos de ar condicionado, conforme a necessidade, com possíveis trocas de compressores e peças, visando atender às demandas da CONTRATANTE.

**8.2.** Para esse tipo de serviço, escolheu-se uma solução que remunere mensalmente os serviços de manutenção.

**8.2.1.** Essa forma tem se mostrado eficaz para o controle da execução contratual e para o processo de pagamento.

**8.3.** As manutenções preventivas ocorrerão mensalmente, semestralmente e anualmente, garantindo que, no período de um ano, cada equipamento receba quinze manutenções preventivas.

**8.4.** Equipamentos novos que eventualmente venham a ser adquiridos em reposição aos atualmente instalados poderão ter manutenção preventiva mais espaçada, mediante prévia anuência da Administração municipal e de acordo com o PMOC.

**8.5.** Os serviços deverão contemplar todos os tipos e marcas de ar-condicionado atualmente disponíveis, assim como os equipamentos novos que forem adquiridos futuramente, os quais serão incluídos no contrato por meio de Termo Aditivo, sem prejuízo da avaliação dos reflexos de tais alterações no contrato.

**8.6.** Considerando haver estudo para alteração do *layout* de algumas salas do prédio desta PGM, com potencial para alteração dos aparelhos de ar condicionado, recomenda-se a contratação dos serviços pelo prazo de 12 meses a partir da data da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** Não se admitirá o parcelamento da solução, em razão do agrupamento dos itens fundamentar-se na similaridade dos serviços envolvidos, que estão intimamente relacionados entre si: a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos implica na substituição de peças; além disso, o PMOC é o documento que estabelece as diretrizes para a manutenção dos aparelhos.

**9.2.** O parcelamento revela-se inaplicável, ainda, por acarretar elevados riscos à execução dos serviços, notadamente no que tange à gestão de eventuais conflitos entre os fornecedores responsáveis pelos itens que compõem a solução, bem como por obstar a obtenção de ganhos de escala decorrentes da integração das equipes.

## **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**10.1.** Levando em conta que as contratações públicas têm como objetivo alcançar resultados favoráveis para a Administração, são definidos os resultados esperados, considerando eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, visando o melhor uso dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, além de promover o desenvolvimento nacional sustentável.

**10.2.** Dessa forma, a contratação ora realizada visa atingir os seguintes objetivos: (i) dispor de contrato para serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado, assegurando a

refrigeração das salas de equipamentos de informática, dos espaços de trabalho dos servidores e das áreas destinadas ao atendimento ao público; (ii) garantir a economia e eficiência, com a atuação preventiva no sistema de climatização para evitar falhas, interrompendo possíveis paralisações e danos ao seu funcionamento, diminuindo os custos com reparos, assegurando o funcionamento adequado, o que resulta na otimização do consumo energético, prolonga a durabilidade dos equipamentos e promove práticas sustentáveis na gestão do objeto; (iii) garantir segurança e saúde, na medida em que se busca ter um ambiente de trabalho seguro e saudável, com conforto térmico, que favoreça a melhoria da qualidade de vida dos servidores e demais usuários, e; (iv) atender às exigências legais, observando as regras de segurança e saúde no trabalho, com transparência e responsabilidade.

#### **11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

Com o objetivo de orientar o processo licitatório e atingir os resultados desejados, serão tomadas antecipadamente as seguintes medidas: (i) aprovação deste ETP; (ii) redação de expediente com o objetivo de requerer autorização à autoridade competente; (iii) disponibilização dos recursos orçamentários indispensáveis à celebração da contratação; (iv) elaboração do Termo de Referência devidamente aprovado pela autoridade competente, e; (v) encaminhamento do processo para apreciação e autorização do Ordenador de Despesas.

#### **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**12.1.** A consecução do objeto desta contratação independe da realização de contratações relacionadas ou interligadas.

**12.2.** Contudo, como já exposto, há a possibilidade de que alguns equipamentos venham a ser substituídos, mas tal circunstância não altera o escopo contratual e será objeto da devida formalização contratual oportunamente.

#### **13. JUSTIFICATIVA QUANTO A VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS.**

Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio pelas seguintes razões:

- (i) Dificuldade na gestão e no acompanhamento contratual em razão do aumento no número de participantes, o que compromete a comunicação e a atribuição de responsabilidades; da complexidade em se aferir a capacidade técnica e financeira do consórcio em sua totalidade; e do risco mais elevado de descumprimento contratual, tendo em vista a existência de diversas empresas envolvidas;
- (ii) A competitividade pode ser prejudicada pela dificuldade que empresas de menor porte enfrentam para competir com consórcios integrados por grandes corporações, o que também restringe a

- atuação de empresas especializadas em áreas técnicas específicas, resultando na concentração de poder em grandes conglomerados;
- (iii) Obstáculos na avaliação da documentação de habilitação de cada empresa integrante do consórcio, causando atraso no andamento do processo licitatório, além de um risco ampliado de não cumprimento dos requisitos de habilitação, o que, em última análise, poderia resultar na anulação da licitação; possibilidade de desqualificação de todo o consórcio devido à falha de uma única empresa participante, e;
  - (iv) Elevação dos custos administrativos para a Administração Pública, complicações na solução de conflitos entre as empresas integrantes do consórcio, redução da flexibilidade da Administração Pública para efetuar modificações contratuais, além da potencial ocorrência de insegurança jurídica quanto à responsabilidade das empresas consorciadas.

#### **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS**

**14.1.** Considerando a natureza do objeto a ser contratado, é imprescindível que a empresa contratada, no exercício de suas atividades, observe os critérios e diretrizes de sustentabilidade ambiental, sem prejuízo do cumprimento das boas práticas e das normas aplicáveis. Tal cuidado visa evitar, por exemplo, o uso de substâncias químicas que possam causar danos ao meio ambiente em desacordo com a legislação, bem como garantir a destinação correta de resíduos sólidos, incluindo lixo doméstico e embalagens de produtos químicos que exijam descarte adequado.

**14.2.** Dessa forma, as atividades desenvolvidas pela CONTRATADA deverão estar integralmente alinhadas à legislação ambiental em vigor. Como forma de mitigação, a Administração Pública, no uso de seu poder disciplinar e no exercício de suas atribuições de gestão e controle, exercerá a fiscalização das ações do contratado também quanto aos eventuais impactos ao meio ambiente, acompanhando diariamente suas condutas, a fim de assegurar que estas estejam em conformidade com as boas práticas exigidas para a execução dos serviços.

#### **15. AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**15.1.** Diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação da solução relativa à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças nos aparelhos de ar condicionado da Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu, conforme descrita neste Estudo Técnico Preliminar, é tecnicamente viável e se revela necessária, considerando a essencialidade da contratação e a adequada resposta às demandas identificadas.

**15.2.** Ademais, os custos estimados mostram-se adequados e observam o princípio da economicidade; os riscos identificados são passíveis de gestão; e a CONTRATANTE compromete-se a disponibilizar, com prioridade, todos os elementos aqui mencionados indispensáveis à obtenção dos resultados almejados.

Nova Iguaçu, 14 de julho de 2025.

**ANDREZA FERNANDES VALINOTE**

Procuradora-Chefe do Centro de Estudos Jurídicos

Aprovo o Termo de Referência.

Nova Iguaçu, RJ, 06 de julho de 2025.

**JOÃO BOSCO WON HELD GONÇALVES DE FREITAS FILHO**

Procurador-Geral do Município de Nova Iguaçu

**ANEXO I**  
**(ESPECIFICAÇÃO DOS APARELHOS)**

|       | MODELO          | CAPACIDADE   | MARCA               | QUANTIDADE |
|-------|-----------------|--------------|---------------------|------------|
| 01    | Split Hi-wall   | 12.000 btu/h | KOMECO              | 09         |
| 02    | Split Hi-wall   | 12.000 btu/h | SPRINGER<br>CARRIER | 01         |
| 03    | Split Hi-wall   | 18.000 btu/h | KOMECO              | 02         |
| 04    | Split Hi-wall   | 24.000 btu/h | RHEEM               | 02         |
| 05    | Split Hi-wall   | 30.000 btu/h | KOMECO              | 01         |
| 06    | Split Piso Teto | 60.000 btu/h | KOMECO              | 02         |
| 07    | Split Cassete   | 24.000 btu/h | RHEEM               | 11         |
| 08    | Split Cassete   | 36.000 btu/h | RHEEM               | 01         |
| TOTAL |                 |              |                     | 29         |



**ANEXO II**  
**(VALOR ESTIMADO)**

| Item            | Empresa 1 | Empresa 2 | Empresa 3 | Valor Estimado |
|-----------------|-----------|-----------|-----------|----------------|
|                 |           |           |           |                |
| VALOR<br>MENSAL |           |           |           |                |
| VALOR<br>ANUAL  |           |           |           |                |

**ANEXO VIII**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

**1.1.** O presente Termo tem por objeto a contratação de empresa especializada, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos de ar condicionado da Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu – PGM/NI, com fornecimento e substituição/reposição de peças, componentes e acessórios originais ou similares novos, com elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC.

**1.2.** O PMOC deverá ser elaborado e assinado pelo responsável técnico da CONTRATADA, deverá conter, no mínimo, as informações constantes no Anexo I da Portaria GM/MS n.º 3.523/98, de 28 de agosto de 1998. Além de mecanismo para que todas as ações de manutenção e controles sejam registrados de forma individualizada, por aparelho de ar condicionado.

**2. JUSTIFICATIVA**

**2.1.** Considerando que no atual quadro de servidores da Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu não há profissionais com capacitação técnica para realizar serviços de manutenção em aparelhos de ar condicionado, e considerando, ademais, que tais atividades não se enquadram nas atribuições institucionais do órgão, a contratação de empresa especializada mediante terceirização apresenta-se como uma solução mais eficiente, proporcionando redução de custos e encargos trabalhistas.

**2.2.** A realização do serviço ora tratado visa atender às demandas relacionadas à manutenção, tanto preventiva quanto corretiva, dos aparelhos de ar condicionado desta Procuradoria Geral do Município, com o propósito de assegurar o pleno funcionamento e adequada conservação dos referidos equipamentos, contribuindo para a preservação do patrimônio público. Tal medida também se fundamenta na preocupação com a saúde, a segurança, o conforto e o bem-estar dos usuários dos ambientes climatizados nos locais de trabalho da PGM/NI, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde e na Resolução-RE nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA - ,prevenindo, assim, eventuais prejuízos ao regular desempenho das atividades administrativas.

**2.3.** Há de se considerar ainda que, com o verão de alta temperatura no Município de Nova de Iguaçu, torna-se imprescindível a utilização de sistema de climatização adequado e em plena condição de uso, visando o ambiente satisfatório para o bom desempenho dos servidores na realização de suas atividades.

**2.4.** A CONTRATANTE reconhece a responsabilidade do Estado quanto à promoção do bem-estar da população e à proteção ambiental de forma contínua e estruturada, adota uma política de responsabilidade socioambiental voltada para o uso eficiente e racional dos recursos públicos, bem como para a incorporação

de aspectos socioambientais em seu ambiente institucional. Nesse contexto, o presente Estudo Técnico Preliminar alinha-se aos princípios da Gestão Pública Sustentável.

**2.5.** A presente contratação irá assegurar: (i) um ambiente climatizado e saudável, promovendo conforto, bem-estar e melhores condições de trabalho aos servidores, bem como aos cidadãos e demais pessoas que procuram a PGM; (ii) a continuidade das atividades, uma vez que a interrupção dos serviços pode afetar o andamento dos trabalhos no âmbito da Procuradoria Geral do Município, e; (iii) a observância do princípio da economicidade.

**2.6.** Desta forma, torna-se necessária a contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado, para que estes estejam sempre em boas condições de uso de forma a garantir a qualidade do ar de interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

### **3. VISTORIA**

**3.1.** Fica facultada para as empresas a realização de vistoria técnica no endereço constante no item 16, com o objetivo de conhecer todos os aspectos e características inerentes aos equipamentos, serviços e materiais necessários à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência.

**3.2.** As empresas interessadas na realização da vistoria técnica deverão agendar através do email pelo seguinte endereço eletrônico: [adm.pgm@novaiguacu.rj.gov.br](mailto:adm.pgm@novaiguacu.rj.gov.br)

**3.3.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**3.4.** Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

**3.5.** Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS E OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO**

**4.1.** As licitantes deverão atender aos seguintes requisitos:

**4.1.1. Requisitos mínimos de qualidade:** A contratação em questão deverá observar, além dos requisitos mínimos estabelecidos no Termo de Referência, a escolha da proposta mais vantajosa por meio de processo competitivo, assegurando-se, sempre que possível, a obtenção da melhor qualidade pelo menor custo. A especificação dos requisitos no Termo de Referência deve restringir-se apenas ao que for

essencial para atender à necessidade identificada, de modo a preservar a competitividade do certame e promover a máxima eficiência na contratação.

**4.1.2. Requisitos normativos e legais:** A presente contratação deverá atender ao que determina a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 12.997/2022, bem como, subsidiariamente e supletivamente, no que cabível e compatível, o Código Civil Brasileiro, sobretudo a Teoria Geral dos Contratos, e deverá, em caso de lacunas, integrar-se pela analogia e pelos princípios gerais do direito.

**4.2. A execução da manutenção deverá ser realizada de acordo com o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, a ser elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela fiscalização,** que deverá conter, no mínimo: (i) a descrição e periodicidade das atividades a serem desenvolvidas, compreendendo o mínimo de rotinas e cronogramas de manutenção preventiva; planejamento e programação das atividades a serem realizadas no dia; data e horário das atividades; identificação da rotina para as ordens de serviços; (ii) recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para garantia de segurança do sistema de climatização e outros de interesse; (iii) identificação do ferramental, insumos básicos, materiais, e demais componentes a serem disponibilizados pela contratada para a completa execução do serviço; (iv) qualificação técnica dos profissionais que farão parte da equipe; (v) modelo de relatório a ser apresentado mensalmente ao contratante, com inclusão dos checklists de manutenção preventiva apresentados nessas especificações, análise técnica do sistema como um todo, principais eventos ocorridos e outras informações pertinentes; (vi) coerência com a Lei nº 13.589/2018 e legislação de segurança e medicina do trabalho, e; (vii) contínuo processo de ajuste e complementação de todos os procedimentos de manutenção preventiva, de modo a permanecerem atualizados ao longo da evolução tecnológica e consistentes com as necessidades.

**4.2.1.** Os serviços incluem a contratação para realização de manutenção corretiva e preventiva em aparelhos de ar condicionado, conforme a necessidade, com possíveis trocas de compressores e peças, visando atender às demandas da CONTRATANTE.

**4.2.2.** Para esse tipo de serviço, escolheu-se uma solução que remunere mensalmente os serviços de manutenção.

**4.2.3.** Essa forma tem se mostrado eficaz para o controle da execução contratual e para o processo de pagamento.

**4.3.** A **manutenção preventiva** corresponde à realização de inspeções regulares nos aparelhos e equipamentos, com o propósito de verificar suas condições operacionais e identificar eventuais falhas, desgastes ou danos em peças, acessórios e demais componentes. Busca-se, assim, assegurar que se mantenham em conformidade com os padrões de segurança e desempenho, operando de forma adequada. Além disso, essa prática visa garantir que o funcionamento dos equipamentos se aproxime ao máximo das especificações originais de projeto, promovendo maior eficiência e menor consumo de energia.

**4.3.1.** As manutenções preventivas ocorrerão mensalmente, semestralmente e anualmente, garantindo que, no período de um ano, cada equipamento receba quinze manutenções preventivas.

**4.3.2.** Equipamentos novos que eventualmente venham a ser adquiridos em reposição aos atualmente instalados poderão ter manutenção preventiva mais espaçada, mediante prévia anuência da Administração municipal e de acordo com o PMOC.

**4.3.3. ROTINA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL:** (i) inspeção na tubulação de condensação, observando se há vazamento, devendo verificar os mangotes, braçadeira, registros e válvulas; (ii) inspeção das luvas de acoplamento e rolamentos das bombas de condensação e respectivos motores; (iii) medição da amperagem dos motores e bombas de condensação, e dos motores ventiladores, comparando-se com os valores padronizados; (iv) verificação do alinhamento do ajuste das correias e polias das bombas e de condensação, dos ventiladores, dos condicionadores e exaustores; (v) limpeza dos filtros e serpentinas dos condicionadores de ar primários; (vi) limpeza externa dos painéis centrífugas, bombas e de condensação; (vii) inspeção e ajustes, se necessário for, dos relés de sobrecarga de todos os motores; (viii) limpeza da mangueira de drenagem; (ix) limpeza da bandeja de drenagem; (x) verificação do encaixe das aletas; (xi) inspeção dos exaustores de força e auxiliares dos contadores de centrífugas e compressores; (xii) inspeção dos contatos de forças auxiliares das contadoras das bombas e ventiladores, das contadoras dos condicionadores e exaustores; (xiii) reaperto dos terminais e conexões elétricas nos quadros das centrífugas e compressores, nos quadros das bombas e ventiladores, e nos quadros dos condicionadores e exaustores; (xiv) ajuste das correias e alinhamento nas polias dos ventiladores, dos condicionadores e exaustores; (xv) inspeção quanto ao aquecimento dos rolamentos e mancais das bombas, ventiladores e dos condicionadores e exaustores; (xvi) limpeza dos filtros e serpentinas das unidades de indução e dos condicionadores; (xvii) limpeza interna e externa das carcaças dos evaporadores; (xviii) verificação e eliminação da corrosão, sujeira, danos e escoriações no gabinete, serpentina e bandeja do condensador; (xix) verificação do estado de conservação dos isolamentos térmicos; (xx) verificação do nível de ruído, tensão das correias e vibrações anormais; (xxi) inspeção do alinhamento das bombas, de condensação e de lavagem; (xxii) verificação do óleo lubrificante das bombas, condensação e de lavagem; (xxiii) lubrificação dos ventiladores, condicionadores e exaustores; (xxiv) verificação da graxa nos mancais dos ventiladores; (xxv) limpeza geral nos quadros elétricos de todo o sistema, bem como das passagens de ventilação de todos os motores, bandeja de água condensada; (xxvi) teste de vazamento de gás em todo o circuito frigorígeno; (xxvii) complementação da carga de gás, se necessário; (xxviii) aferição de todos os elementos de controle, inclusive de superesfriamento dos compressores; (xxix) remoção e limpeza da tampa frontal e do gabinete; (xxx) limpeza dos filtros e serpentinas dos condicionadores de ar primários.

**4.3.4. ROTINA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL:** (i) aferição da resistência de isolamento e trabalho dos compressores e motores; (ii) verificação do aterramento dos quadros elétricos e dos motores do sistema em geral; (iii) reaperto das bases de fixação dos motores, ventiladores e bombas; (iv) reaperto dos mancais dos ventiladores, condicionadores e exaustores; (v) aferição geral das condições de trabalho

dos condicionadores e exaustores; (vi) ajuste dos contatos dos cabos elétricos no borne; (vii) revisão dos contatos dos cabos elétricos no compressor; (viii) revisão do sensor de temperatura; (ix) ajuste dos parafusos do gabinete; (x) verificação dos capacitores; (xi) verificação dos calços; (xii) ajuste da hélice e motor; (xiii) análise da qualidade do ar.

**4.3.5. ROTINA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL:** (i) troca de óleo e filtro das centrífugas; (ii) limpeza dos dutos de ar e grelhas de retorno e insuflamento; (iii) verificação dos ajustes e controle de segurança dos compressores e das centrífugas; (iv) verificação do isolamento da tubulação existente entre as unidades; (v) verificação do travamento da tubulação; (vi) inspecionar a câmara de refrigeração e a purga, bem como todo centro de controle, e; (vii) substituição das pilhas dos controles.

**4.3.6.** A CONTRATADA deverá executar a primeira manutenção preventiva no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura do contrato.

**4.4. A manutenção corretiva** compreende a resolução de falhas, avarias ou defeitos já identificados ou que eventualmente venham a surgir durante a vigência do contrato, com o objetivo de assegurar o pleno funcionamento dos aparelhos e equipamentos. Para isso, inclui-se a substituição de peças e componentes danificados, desgastados ou com defeito; realização de ajustes e regulagens mecânicas e eletrônicas; reposição da carga de gás refrigerante; além de outros procedimentos que se mostrem necessários, tais como: **(i)** aplicação/utilização de materiais e insumos diversos, tais como: lubrificantes (como graxas e óleos), solventes, agentes químicos de limpeza, produtos anticorrosivos e com função antiferrugem, tintas, lixas, fitas isolantes, álcool, filtros secadores, espumas e massas de vedação, vaselina, estopas, sacos plásticos para descarte de resíduos, itens para soldagem, zarcão, gases refrigerantes, trapos, bem como gases industriais como oxigênio, nitrogênio e acetileno, além de outros materiais e produtos de limpeza em geral; **(ii)** realinhamento de drenos, tubulações e mangueiras; manutenção nas unidades condensadoras e evaporadoras; reparo ou troca dos painéis responsáveis pelo controle de temperatura; conserto de controles remotos; **(iii)** verificação completa do sistema de funcionamento do equipamento, incluindo os devidos ajustes, regulagens e lubrificação, bem como a higienização das unidades evaporadora e condensadora, acompanhada da identificação e reparo de eventuais vazamentos do fluido refrigerante do aparelho; (iv) substituição dos suportes externos de fixação da unidade condensadora.

**4.4.1.** Os serviços de manutenção corretiva deverão abranger, conforme for o caso, a reposição de peças, a reposição de gás, a visita do técnico especializado ao local do equipamento defeituoso, a sua retirada e reinstalação.

**4.4.2. FORNECIMENTO DE PEÇAS:** Uma vez devidamente constatada a necessidade de substituição de peças de determinado equipamento (como central de ar, aparelhos de janela ou do tipo 'Split'), por meio de laudo técnico aprovado pelo Fiscal do contrato, caberá à CONTRATADA providenciar, dentro do prazo adequado, o fornecimento do material necessário à referida substituição. As peças, componentes e acessórios que forem substituídos sem custo para a CONTRATANTE deverão ser novos, sem uso, originais

ou de qualidade equivalente, e compatíveis com as especificações técnicas estabelecidas pelo fabricante. Para a adequada realização dos serviços, a Contratada deverá fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios indispensáveis, nas quantidades previstas e com as especificações de qualidade indicadas, procedendo à sua substituição sempre que se fizer necessário. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de todo o material de consumo indispensável à realização dos serviços, bem como de quaisquer outros itens que se façam necessários para a execução das atividades, conforme exemplificado na listagem a seguir: (i) graxas; (ii) estopas; (iii) óleo lubrificante; (iv) produtos químicos de limpeza; (v) detergente; (vi) álcool; (vii) solventes (viii) material contra corrosão e para proteção antiferruginosa; (ix) tintas; (x) pincéis (xi) lixas (xii) panos de limpeza; (xiii) oxigênio; (xiv) acetileno; (xv) zarcão (xi) escovas de aço e nylon; (xvii) massa de vedação; (xviii) material de soldagem; (xix) espuma de vedação; fita isolante; (xx) fita teflon; (xxi) fusíveis; (xxii) lâmpada piloto; (xxiii) pilhas para controle remoto; (xxiv) gás refrigerante para reposição e outros materiais que se fizerem necessários.

**4.4.3.** A CONTRATADA será responsável por fornecer todas as peças necessárias para a manutenção, assim como quaisquer outras indispensáveis para a realização dos serviços, conforme a seguinte lista: (i) abraçadeiras; (ii) acessório amortecedor de vedação; (iii) bandeja do dreno; (iv) base; (v) bucha; (vi) cabo de alimentação elétrica; (vii) disjuntores; (viii) capacitor de partida; (ix) capacitor do motor; (x) capacitor do ventilador; (xi) capilar; (xii) contator; (xiii) conjunto de válvula de alta pressão; (xiv) conjunto de válvula de baixa pressão; (xv) conjunto de serpentina; (xvi) conjunto display; (xvii) controle remoto; (xviii) direcionador horizontal inferior; (xix) direcionador horizontal superior; (xx) display; (xxi) filtro de ar; (xxii) hélice plástica; (xxiii) hélices; (xxiv) mangueira do dreno com conector liso; (xxv) mangueira cristal dreno ar; (xxvi) motor de direcionamento do ar; (xxvii) motor do ventilador; (xxviii) palheta horizontal; (xxix) palheta vertical; (xxx) placa eletrônica; (xxxi) placa receptora; (xxxii) placas de cobre; (xxxiii) presilhas para cabos elétricos; (xxxiv) presilha da tubulação; (xxxv) protetor térmico; (xxxvi) sensor ambiente; (xxxvii) sensor da serpentina; (xxxviii) serpentina; (xxxix) serpentina do condensador; (xl) serpentina do evaporador; (xli) suporte da serpentina; (xlii) suporte de instalação; (xliii) suporte do controle remoto; (xliv) suporte do filtro desodorizador; (xlv) termostato; (xlvi) suporte do termostato; (xlvii) suporte do motor; (xlviii) suporte do motor do ventilador; (xlix) tampa frontal; (li) tampa lateral esquerda; (lii) tampa plástica de serviço; (lii) transformador; (liii) tubo capilar; (liv) turbina; (lv) turbina do ventilador; (lvi) válvula da linha de descarga; (lvii) válvula da linha de líquido; (lviii) tampas de gesso acartonado e grelhas de proteção da evaporadora do ar central; (lix) isolamento térmico para canos de cobre e outras peças que se fizerem necessárias para conserto e conservação dos aparelhos.

**4.4.3.1.** Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, do local de origem dos MATERIAIS DE REPOSIÇÃO ou de certificado de ensaios que comprovem a qualidade destes.

**4.4.3.2.** Os ensaios e as verificações que se fizerem necessários serão providenciados pela CONTRATADA, representando ônus de sua exclusiva responsabilidade, não sendo, por consequência, objeto de pagamento adicional por parte da CONTRATANTE.

**4.4.3.3.** As peças, componentes e materiais substituídos são de propriedade da CONTRATANTE, devendo, por ocasião do término dos respectivos trabalhos, serem entregues pela CONTRATADA à FISCALIZAÇÃO.

**4.5.** Com o objetivo de garantir a excelência na execução dos serviços, todos os materiais, peças novas e insumos fornecidos deverão ser de qualidade superior, originais e/ou compatíveis com as especificações do fabricante, apresentando qualidade igual ou superior àquela dos componentes já instalados.

**4.5.1.** A Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu reserva-se no direito de rejeitar qualquer material ou produto que demonstre sinais de terem sido recondicionados ou reutilizados.

**4.6.** Durante a realização dos serviços de limpeza, a CONTRATADA deverá empregar exclusivamente produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde, sendo vedado o uso de substâncias identificadas como carcinogênicas, teratogênicas ou mutagênicas, bem como aquelas que possam provocar danos ou corrosão nos aparelhos de ar-condicionado.

**4.7.** Os serviços deverão contemplar todos os tipos e marcas de ar-condicionado atualmente disponíveis, assim como os equipamentos novos que forem adquiridos futuramente, os quais serão incluídos no contrato por meio de Termo Aditivo, sem prejuízo da avaliação dos reflexos de tais alterações no contrato.

**4.7.1.** Equipamentos novos que eventualmente venham a ser adquiridos em reposição aos atualmente instalados poderão ter manutenção preventiva mais espaçada, mediante prévia anuência da Administração municipal e de acordo com o PMOC.

**4.8.** Os serviços precisam ser realizados por profissionais qualificados, que estejam devidamente munidos dos equipamentos de proteção individual (EPIs) apropriados para a atividade.

**4.9.** A empresa contratada será responsável por disponibilizar os equipamentos, ferramentas e mão de obra indispensáveis para a adequada execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, ou que venham a ser necessários, assumindo também as despesas relacionadas à mobilização e ao transporte.

**4.9.1.** Os custos com a instalação de materiais deverão correr por conta da CONTRATADA, não podendo cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição dos preços unitários.

**4.10.** Após a finalização da manutenção, a empresa deverá aplicar uma etiqueta adesiva em cada equipamento, com o objetivo de indicar o nome da empresa e a data em que o serviço foi realizado.

**4.11.** A manutenção de emergência ocorrerá sempre que forem detectados problemas no funcionamento dos aparelhos, momento em que a Contratante acionará a Contratada.



**4.11.1.** Qualquer ocorrência no aparelho de ar-condicionado que afete total ou parcialmente o seu perfeito funcionamento, caracteriza uma situação de emergência e que a Contratante poderá a qualquer hora solicitar tal atendimento.

**4.11.2.** O atendimento de todo e qualquer chamado deverá ocorrer em até 06 (seis) horas a partir do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE, podendo esse prazo ser estendido mediante apresentação de justificativa, nos casos em que houver indisponibilidade de peças de reposição ou outros fatores que impeçam a finalização do reparo dentro do prazo inicialmente estabelecido.

**4.11.3.** A conclusão dos serviços ficará condicionada à sua extensão, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, salvo anuência por escrito do contratante.

**4.12.** Os serviços serão executados no prédio sede da Procuradoria Geral de Nova Iguaçu, localizado na Rua Athaide Pimenta de Moraes, 335, Centro, Nova Iguaçu/RJ, esquina com a Rua Dr. Barros Júnior.

**4.13.** A execução dos serviços caberá à empresa CONTRATADA, não sendo aceita a recusa de sua parte sob a alegação de excesso de demanda ou limitação de sua capacidade operacional.

**4.13.1.** A CONTRATADA deverá elaborar Relatório Mensal de Acompanhamento Contratual para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

**4.14.** Para a elaboração da proposta comercial, as empresas participantes da licitação deverão considerar as especificidades e eventuais dificuldades de acesso relacionadas a determinados equipamentos da CONTRATANTE, que deverão ser aferidas na vistoria.

**4.15.** A empresa contratada deverá atuar em conformidade com um conjunto de normas regulatórias pertinentes ao tema, dentre as quais se destacam: (i) Lei nº 13.589/2018; (ii) Resolução nº 09/2003 – ANVISA; (iii) ABNT NBR 13971:2014 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento – Manutenção programada; (iv) ABNT NBR 14679:2012 – Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização; (v) ABNT NBR 16401-3:2008 – Instalações de ar condicionado - Sistemas centrais e unitários - Parte 3: Qualidade do ar interior, e; (vi) ABNT NBR 5410:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão.

**4.16.** A empresa contratada deverá designar profissionais tecnicamente habilitados, conforme a legislação vigente, para a execução dos serviços de manutenção e higienização dos sistemas.

**4.17.** Todas as ações relacionadas à manutenção, operação e monitoramento dos equipamentos e sistemas de climatização deverão ser detalhadas em relatórios mensais.

**4.17.1.** A Contratada deverá realizar completa vistoria em todos os aparelhos de ar condicionado e executar serviços de lubrificação, limpeza, ajustes e medições, observando sempre as periodicidades descritas nos subitens 4.3.1, 4.3.2 e 4.3.3 deste Termo de Referência, prevendo e evitando problemas futuros.

**4.17.2.** Após cada visita periódica, seja da manutenção preventiva ou corretiva a CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE um laudo de visita assinado pelo técnico responsável atestando a existência de defeitos ou não, se houve substituição de peças ou não, além de justificar e especificar todo o serviço executado e as ocorrências significativas.

**4.18.** A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, cumprir os padrões de qualidade do ar em ambientes climatizados artificialmente, especialmente no que se refere à presença de poluentes físicos, químicos e biológicos, bem como às respectivas tolerâncias e métodos de controle, atendendo integralmente às exigências dos órgãos reguladores competentes.

**4.19.** O relatório técnico deverá ser redigido e entregue pela empresa contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, observando rigorosamente as normas da ANVISA e as disposições da Segurança e Medicina do Trabalho.

**4.20.** A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a substituição de peças fornecidas pela empresa deverá ocorrer de forma a não representar risco à saúde dos usuários dos ambientes climatizados.

**4.21.** Considerando que algumas unidades condensadoras podem estar instaladas sobre marquises ou em locais elevados, faz-se necessário que a contratada observe todos os requisitos de segurança do trabalho estabelecidos na legislação vigente, em especial, na NR 35 - Trabalho em Altura.

**4.22.** Para a execução dos serviços, deve ser levada em consideração o que é estipulado na Resolução RE nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que dispõe sobre orientação técnica sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, no que diz respeito à definição de valores máximos recomendáveis para contaminação biológica, química e parâmetros físicos do ar interior, a identificação das fontes poluentes de natureza biológica, química e física, métodos analíticos e as recomendações para controle - podendo ser exigida da contratada a apresentação de laudos que atestem a qualidade do ar interior.

**4.23.** Na execução dos serviços, a contratada deverá utilizar ferramentas técnicas devidamente homologadas, podendo ser exigida a apresentação de laudos de calibração e testes.

**4.24.** A equipe técnica responsável pela execução dos serviços deve atender às previsões da NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, dispondo de capacitação técnica adequada e certificações atualizadas e compatíveis com os serviços a serem executados.

**4.25.** Os fluidos refrigerantes a serem utilizados devem estar em conformidade com as normas ambientais, especialmente aquelas relacionadas à proteção da camada de ozônio e à mitigação de gases de efeito estufa, conforme o Protocolo de Montreal e legislação correlata.

**4.26.** Em caso de instalações novas e/ou intervenções corretivas, a contratada deverá realizar teste de estanqueidade, com uso de nitrogênio seco, de acordo com as normas técnicas pertinentes, de modo a aferir eventuais vazamentos.

## **5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**5.1.** A empresa licitante deverá obter registro ou inscrição nos órgãos de classe competentes (CRT - Conselho Regional de Técnicos Industriais ou CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura).

**5.2.** Sob pena de inabilitação, a licitante deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações contratuais, por meio de vistoria no local da prestação dos serviços.

**5.2.1.** Caso opte por não realizar a vistoria, o responsável técnico do licitante assinará declaração formal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, não podendo alegar desconhecimento de circunstâncias que influenciem na execução do contrato, com reflexo nos respectivos custos e preços.

**5.3.** Comprovação de aptidão para execução de objeto de características equivalentes ou superiores ao objeto da licitação, observado o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total estimado e o prazo mínimo de 2 (dois) anos consecutivos ou intercalados de execução, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) física e/ou jurídica (s) de direito público ou privado que certifique o bom desempenho na execução do objeto contratado e a inexistência de penalidades aplicadas.

**5.3.1.** Admitir-se-á o somatório de atestados para atendimento do quantitativo mínimo fixado no item anterior, desde que demonstrada a concomitância na execução dos serviços

**5.3.2.** Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**5.3.3.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

**5.3.4.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

## **6. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal nº 12.997/2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 19 da Lei nº 14.133/2021.

**6.3.** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**6.4.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.5.** As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.6.** A CONTRATANTE poderá convocar o preposto da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.7.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.8.** A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**6.9.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**6.9.1.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.9.2.** O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 10, §1º do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**6.9.3.** O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção sempre que identificada qualquer inexecução ou irregularidade, conforme art. 11, XI do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**6.9.4.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.9.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.9.6.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual, conforme art. 9º, III do Decreto Municipal nº 12.997/2022.

**6.9.7.** A fiscalização do contrato deverá avaliar constantemente através do Relatório Mensal de Acompanhamento Contratual, a qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

**6.9.8.** Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**6.9.9.** O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

**6.9.10.** O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

**6.9.11.** É vedada a atribuição à CONTRATADA da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

**6.9.12.** O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**6.9.13.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133/2021, em atenção ao art. 62 da IN05/2017.

**6.9.14.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso, conforme art. 47, §2º da IN05/2017.

**6.9.15.** A fiscalização deste item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**6.9.16.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**6.10.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.10.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.10.2.** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

**6.10.3.** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á dentre outras, as seguintes comprovações:

**6.10.4.** A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**6.10.5.** A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

**6.11.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.11.1.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.11.2.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.11.3.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.11.4.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.11.5.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.11.6.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Relatório Mensal de Acompanhamento Contratual para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

**7.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à inexecução verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada: (i) deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, ou; (ii) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.3.** A utilização do Relatório Mensal de Acompanhamento Contratual não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**7.4.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios: (i) o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta; (ii) descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas na legislação vigente.

**7.5.** Foi adotada a modalidade de pagamento de valor fixo mensal.

**7.5.1.** A modalidade acima indicada foi escolhida em detrimento do pagamento por demanda, por: (i) ter o benefício a possibilidade de se conhecer antecipadamente o montante de recursos financeiros necessários; (ii) incentivar a manutenção preventiva em detrimento da corretiva, o que contribui para manter todos os aparelhos em bom funcionamento; (iii) estimular a manutenção de uma equipe dimensionada a disponível para atender prontamente às demandas, já que a manutenção preventiva acaba por se manter constante (evitando que o contratado apenas mobilize a equipe diante de chamados); (iv) mitiga o risco de sobreprecificação de serviços corretivos em caso de um grande lapso temporal sem ordens de serviço; (v) os contratos mensais podem permitir à contratada a concessão de descontos mais expressivos, em razão da previsibilidade da periodicidade dos serviços de manutenção.

**7.5.2.** Como forma de mitigar os riscos dos custos reais superarem as estimativas da empresa contratada, foi estabelecida a exigência de uma visita técnica prévia ao certame.

**7.5.3.** Considerando a experiência anterior desta PGM com a contratação desse tipo de serviço, que permitiu a avaliação histórica da demanda efetiva e a média dos serviços necessários, optou-se pela continuidade do mesmo modelo de contratação atualmente vigente, a saber, a contratação sem dedicação exclusiva de mão de obra e com valores fixos.

## **8. RECEBIMENTO DO OBJETO**

**8.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.



**8.1.1.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**8.2.** O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**8.3.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

**8.3.1.** O fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**8.4.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**8.5.** O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**8.6.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório, em atenção aos artigos 119 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

**8.7.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**8.8.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.9.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**8.9.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

**8.10.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**8.11.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **9. FORMA, PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE PAGAMENTO**

**9.1.** Os pagamentos se darão na forma e nos prazos usuais previstos na Lei nº 14.133/2021, obedecendo aos procedimentos descritos no Decreto Municipal nº 12.997/2022.

## **10. PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

**10.1.** Não se admitirá o parcelamento da solução, em razão do agrupamento dos itens fundamentar-se na similaridade dos serviços envolvidos, que estão intimamente relacionados entre si: a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos implica na substituição de peças; além disso, o PMOC é o documento que estabelece as diretrizes para a manutenção dos aparelhos.

**10.2.** O parcelamento revela-se inaplicável, ainda, por acarretar elevados riscos à execução dos serviços, notadamente no que tange à gestão de eventuais conflitos entre os fornecedores responsáveis pelos itens que compõem a solução, bem como por obstar a obtenção de ganhos de escala decorrentes da integração das equipes.

## **11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**11.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, no modo de disputa ABERTO.

## **12. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.**

**12.1.** Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio pelas seguintes razões:

- (i) Dificuldade na gestão e no acompanhamento contratual em razão do aumento no número de participantes, o que compromete a comunicação e a atribuição de responsabilidades; da complexidade em se aferir a capacidade técnica e financeira do consórcio em sua totalidade; e do risco mais elevado de descumprimento contratual, tendo em vista a existência de diversas empresas envolvidas;
- (ii) A competitividade pode ser prejudicada pela dificuldade que empresas de menor porte enfrentam para competir com consórcios integrados por grandes corporações, o que também restringe a atuação

de empresas especializadas em áreas técnicas específicas, resultando na concentração de poder em grandes conglomerados;

(iii) Obstáculos na avaliação da documentação de habilitação de cada empresa integrante do consórcio, causando atraso no andamento do processo licitatório, além de um risco ampliado de não cumprimento dos requisitos de habilitação, o que, em última análise, poderia resultar na anulação da licitação; possibilidade de desqualificação de todo o consórcio devido à falha de uma única empresa participante, e;

(v) Elevação dos custos administrativos para a Administração Pública, complicações na solução de conflitos entre as empresas integrantes do consórcio, redução da flexibilidade da Administração Pública para efetuar modificações contratuais, além da potencial ocorrência de insegurança jurídica quanto à responsabilidade das empresas consorciadas.

**12.2.** Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação desde que: (i) a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009; (ii) a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados; (c) qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas; (d) o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

### 13. VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

13.1. O Valor Global Estimado para a presente contratação é de R\$ 117.600,00 (cento e dezessete mil e seiscentos reais), correspondente à estimativa orçamentária apurada, conforme detalhado à fl. 387 do Processo Administrativo n.º 2025/048544.

13.2. O valor estimado serve como referência para o procedimento licitatório e para a avaliação da aceitabilidade das propostas, não vinculando a Administração Pública à sua contratação por este montante, caso haja proposta mais vantajosa, respeitado o disposto na legislação vigente.

13.3. Segue resumo da planilha à fl. 387:

| ITENS | DESCRIÇÃO   | QUANTIDADE | VALOR MÉDIO<br>UNITÁRIO | VALOR TOTAL  |
|-------|---|------------|-------------------------|--------------|
| 1     | Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado SPLIT (12.000 BTUS) | 10         | R\$ 300,00              | R\$ 3.000,00 |

|   |   |    |            |                |
|---|---|----|------------|----------------|
| 2 | Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado SPLIT (18.000 BTUS) | 2  | R\$ 310,00 | R\$ 620,00     |
| 3 | Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado SPLIT (24.000 BTUS) | 13 | R\$ 350,00 | R\$ 4.550,00   |
| 4 | Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado SPLIT (30.000 BTUS) | 1  | R\$ 350,00 | R\$ 350,00     |
| 5 | Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado SPLIT (36.000 BTUS) | 1  | R\$ 320,00 | R\$ 320,00     |
| 6 | Manutenção preventiva e corretiva ar condicionado SPLIT (60.000 BTUS) | 2  | R\$ 480,00 | R\$ 960,00     |
|   | Valor Mensal  |    |            | R\$ 9.800,00   |
|   | Valor Anual   |    |            | R\$ 117.600,00 |

#### 14. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O desembolso financeiro se dará conforme recebimento dos materiais e entrega dos serviços, assim como após o atendimento à legislação no que tange a documentação do contratado.

#### 15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. São obrigações da Contratada:

15.1.1. Cumprir todas as exigências constantes no Termo de Referência e seu anexo;

15.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

15.1.3. Substituir no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a partir da data da comunicação escrita pela PGM, todo e qualquer produto defeituoso ou que vier a apresentar defeito;

15.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.1.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.1.6. Indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;

15.1.7. Cumprir e apresentar solicitado, os documentos que comprovem estarem obedecendo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação, em especial os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

15.1.8. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, acidentária dos seus empregados;

15.1.9. A Contratada será integralmente responsável por todos os custos relacionados à realização dos serviços nas dependências da PGM, conforme solicitado pela Contratante. Essa responsabilidade inclui materiais, mão de obra, equipamentos necessários, transporte, e quaisquer despesas adicionais decorrentes da execução dos serviços, garantindo que sejam realizados dentro dos prazos e padrões técnicos exigidos pela PGM;

15.1.10. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na entrega do objeto ou durante a sua execução;

15.1.11. Responsabilizar-se integralmente pela execução do Contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação vigente;

15.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.1.13. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

15.1.14. Atender com presteza a solicitação do Gestor/Fiscal do Contrato;

15.1.15. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do Contrato;

15.1.16. Arcar com ônus decorrente de eventual equivoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis de correntes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em suas propostas não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.1.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como por todo e

qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos;

15.1.18. Informar ao setor responsável da PGM, durante o período de vigência do Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

## **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

16.1. São obrigações da Contratante:

16.1.1. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 12.997/2022;

16.1.2. Acompanhar a execução dos serviços na data e horário estipulados;

16.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do serviço, para que seja reparado ou corrigido;

16.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

16.1.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

16.1.6. Para o cumprimento do objeto do presente contrato, a CONTRATANTE obrigar-se-á, exercer a fiscalização do contrato, na forma prevista no Decreto Municipal nº 12.997/2022;

16.1.7. Fornecer à CONTRATADA, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução.

## **17. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

17.1. Os preços contratados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento estimado.

**17.2.** Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresso e fundamentado requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

**17.3.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**17.4.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**17.5.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**17.6.** O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual e/ou de eventual alteração contratual, sob pena de preclusão.

**17.6.1.** Caso, na data de eventual prorrogação e/ou alteração contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação e/ou de alteração para resguardar o direito futuro do contratado, a ser exercido tão logo se disponha do índice necessário, sob pena de preclusão.

**17.6.2.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

**17.7.** A CONTRATADA deverá apresentar seu pleito de reajuste devidamente instruído, dentro de 60 (sessenta) dias a contar da divulgação do índice correspondente ao mês do reajuste, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211 do Código Civil.

**17.7.1.** A apresentação do pedido dentro do prazo previsto no subitem acima ensejará a produção de efeitos financeiros a contar da data-base prevista no contrato.

**17.8.** Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, devendo observar rigorosamente o Enunciado nº 04/2018 desta PGM.

**17.9.** Em caso de ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que obstem o prosseguimento da execução contratual nos termos em que pactuados, caberá ao interessado notificar formalmente a parte contrária acerca da intenção de pleitear a revisão contratual oportunamente, em até 60 (sessenta) dias a contar da constatação da ocorrência da onerosidade excessiva, dentro da

vigência contratual ou, em caso de prorrogação ou alteração contratual, antes da assinatura do termo aditivo, sob pena de decair do direito.

**17.9.1.** Uma vez tendo sido efetuada a notificação na forma do subitem anterior, o requerimento de revisão devidamente instruído poderá ser apresentado posteriormente, desde que dentro da vigência contratual e observado o prazo prescricional de 05 anos em relação às medições envolvidas nos cálculos.

**17.9.2.** O requerimento de revisão deverá ser instruído com: a indicação do momento a partir do qual restou configurada a onerosidade excessiva; a demonstração de que os preços contratuais sofreram impacto excepcional; a demonstração de que os reajustes não se prestam a adequar os preços descaracterizando a onerosidade excessiva; a comprovação dos custos efetivamente suportados durante a execução contratual; a demonstração de que a alegação de onerosidade excessiva considerou a avaliação do contrato como um todo; e a indicação da data de corte do pedido de revisão, que poderá ser o fim da onerosidade excessiva ou a última medição abarcada no requerimento.

**17.10.** Os pedidos de reajustamento em sentido estrito e revisão deverão observar as diretrizes fixadas no Decreto Municipal n.º 12.997/2022.

## **18. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**18.1.** Os serviços serão executados no prédio sede da Procuradoria Geral localizado na Rua Athaide Pimenta de Moraes, 335, Centro, Nova Iguaçu/RJ, esquina com a Rua Dr. Barros Júnior.

## **19. DOS PRAZOS**

**19.1.** A presente contratação se dará pelo prazo de 12 meses a partir da data da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**19.2.** O início da execução dos serviços se dará no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Início.

## **20. VALIDADE DA PROPOSTA**

**20.1.** As propostas apresentadas terão validade de 60 (sessenta) dias.

**20.2.** Todos os custos, diretos e indiretos, dos serviços a serem prestados serão incluídos na proposta.

## **21. FONTE DE RECURSO E ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA:**



**21.1.** As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta de dotações orçamentárias próprias assim classificadas:

| Órgão  | Programa         | Elemento  | Fonte |
|--------|------------------|-----------|-------|
| 111101 | 04.122.5001.2004 | 3.3.90.39 | FPGM  |

## 22. ANÁLISE DE RISCOS

**22.1.A** gestão dos sistemas de climatização é essencial para assegurar o adequado funcionamento das unidades administrativas e operacionais, bem como para garantir condições de conforto térmico e salubridade aos usuários. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para execução de manutenção preventiva, corretiva e higienização de equipamentos de ar-condicionado envolve riscos que devem ser previamente identificados, avaliados e mitigados.

Na análise realizada, foram identificados os seguintes riscos:

(i) Riscos Inerentes ao Objeto:

- a) Insuficiência de mão de obra qualificada: risco de a contratada não dispor de técnicos com formação e experiência compatíveis, resultando em manutenções inadequadas, falhas recorrentes ou danos aos equipamentos.
- b) Atraso ou indisponibilidade de peças de reposição: risco de paralisação prolongada dos equipamentos em razão da demora no fornecimento de peças, especialmente para modelos descontinuados ou de difícil aquisição.
- c) Execução incompleta das rotinas de manutenção preventiva: risco de que a contratada atue apenas de forma corretiva, sem observância do cronograma preventivo, ocasionando perda de eficiência energética, redução da vida útil dos aparelhos e aumento de custos futuros.
- d) Inadequada higienização de filtros, serpentinas, dutos e bandejas: risco à qualidade do ar interior, com potenciais impactos à saúde dos usuários, bem como elevação de consumo elétrico e desgaste prematuro dos equipamentos.
- e) Incompatibilidade técnica entre serviços e especificações dos aparelhos existentes: risco de danos aos equipamentos caso sejam adotados procedimentos inadequados ou produtos que contrariem o manual técnico dos fabricantes.

(ii) Riscos Operacionais e Institucionais:

- a) Interrupção dos serviços essenciais: indisponibilidade prolongada da climatização pode comprometer o funcionamento de setores sensíveis (salas de atendimento ao público, ambientes de TI), gerando prejuízos às atividades-fim.
- b) Aumento de custos operacionais e de energia: falhas de manutenção, especialmente na limpeza de serpentinas e filtros, aumentam o consumo energético e reduzem o desempenho dos equipamentos.
- c) Descumprimento de normativos técnicos e sanitários: ausência de higienização adequada pode implicar violação a normas técnicas aplicáveis, como diretrizes de qualidade do ar interior, gerando responsabilidade administrativa e potencial risco sanitário.

d) Dependência excessiva de um único fornecedor: contratos que incluem fornecimento de peças e manutenção em um único escopo podem limitar alternativas em caso de inadimplemento ou queda de desempenho da contratada.

(iii) Riscos Contratuais e de Gestão

a) Subdimensionamento de quantitativos na estimativa de custos: a imprevisibilidade das manutenções corretivas pode conduzir a aditivos ou insuficiência de saldo contratual, caso não sejam utilizados parâmetros históricos.

b) Deficiência de fiscalização: ausência de acompanhamento próximo pode gerar execução meramente formal das rotinas de manutenção, sem qualidade efetiva ou periodicidade adequada.

c) Demora na formalização de ordens de serviço para manutenção corretiva: risco de prolongar a inoperância dos aparelhos por dificuldades administrativas internas.

d) Ausência de especificação clara das obrigações mínimas da contratada: risco de lacunas contratuais que deixem de prever a higienização periódica, substituição de componentes críticos, medições, testes operacionais ou registros técnicos.

**22.2.** Como forma de mitigar os riscos mapeados, foram consideradas as seguintes estratégias de mitigação:

- a) a exigência de comprovação de capacidade técnica, incluindo atestados de desempenho anterior compatíveis;
- b) O estabelecimento de um plano mínimo de manutenção preventiva, com periodicidade definida, itens obrigatórios e registro documental das atividades executadas.
- c) Estabelecer prazos máximos para atendimento preventivo, de modo a reduzir sobrecargas nos aparelhos e a necessidade de manutenções corretivas;
- d) Exigir relatórios técnicos mensais, com informações sobre peças substituídas, histórico de falhas, indicadores de desempenho e ações preventivas adotadas.
- e) Prever a aplicação de penalidades e a possibilidade de glosas proporcionais ao não cumprimento das rotinas de manutenção, atrasos ou falhas na higienização.
- f) Garantir atuação ativa da fiscalização, com designação formal de fiscais e apoio técnico, quando necessário, para acompanhamento do contrato.

**22.3.** Conclusão da Análise de Riscos:

A contratação envolve riscos de natureza técnica, sanitária e operacional, especialmente relacionados à continuidade dos serviços e à eficiência dos sistemas de climatização. Entretanto, tais riscos são mitigáveis mediante adequada especificação do objeto, exigências de qualificação técnica, definição de rotinas preventivas obrigatórias, mecanismos de fiscalização e cláusulas contratuais de controle e penalização. Todos esses pontos foram tratados e inseridos ao longo do presente Termo de Referência. Considerando que tais medidas serão implementadas, considera-se viável e adequada a contratação, com nível de risco controlável e compatível com os objetivos da Administração.

## **23. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**23.1.** Os procedimentos e dúvidas suscitadas terão como diretriz o disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

**23.2.** Fica eleito o foro deste Município para contendas judiciais.

Nova Iguaçu, 19 de março de 2026.

**RODRIGO ARAUJO DA SILVA**

Analista de Administração

Aprovo o Termo de Referência.

Nova Iguaçu, RJ, 19 de março de 2026.

**JOÃO BOSCO WON HELD GONÇALVES DE FREITAS FILHO**

Procurador-Geral do Município de Nova Iguaçu